

**Concretização das Metas de Convergência
Macroeconómica da SADC na República de Angola
Avaliação do Desempenho e do Plano de
Implementação**

Índice

1	INTRODUÇÃO	1
2	VISÃO GERAL DA ECONOMIA	3
3	DESENVOLVIMENTOS RECENTES DA ECONOMIA E METAS DE CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA DA SADC	11
3.1	Metas de Convergência Macroeconómica	11
3.1.1	Inflação	12
3.1.2	Défice Orçamental	17
3.1.4	Conta corrente da Balança de Pagamentos	22
3.2	Outros Indicadores	25
3.2.1	Crescimento Económico	25
3.2.2	Poupanças e Investimento	29
3.2.3	Empréstimos do Banco Nacional de Angola (Banco Central) ao Governo	30
3.2.4	Reserva em divisas	30
4	PERSPECTIVAS PARA SE ALCANÇAR AS METAS MACROECONÓMICAS E REFORMAS NECESSÁRIAS	32
4.1	Perspectivas de Angola alcançar as Metas de Convergência Macroeconómica da SADC	32
4.2	Agenda da Reforma Macroeconómica	34
5	ANGOLA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL	44
5.1	Processo de integração e o empenho de Angola	44
5.2	Pertinência dos Indicadores da Meta Macroeconómica da SADC	45
6	REFERÊNCIAS	49
	ANEXO 1: PESSOAS ENTREVISTADAS	50
	ANEXO 2: DADOS MACROECONÓMICOS	51
	ANEXO 3: TERMOS DE REFERÊNCIA	54

Índice das Figuras

Figura 2-1: Estrutura do PIB	8
Figura 3-1: Inflação	13
Figura 3-2: Estrutura das Receitas Estatais, 2005	15
Figura 3-3: Estrutura das Despesas Estatais, 2005	16
Figura 3-4: Balanço do Orçamento Estatal	17
Figura 3-5: Estrutura da Dívida Externa, 2004	19
Figura 3-6: Dívida Externa e Serviço da Dívida	20
Figura 3-7: Estrutura das Exportações, 2004	22
Figura 3-8: Balança comercial visível e invisível	23

Figura 3-9: Balanço da Conta corrente	23
Figura 3-10: Crescimento económico	27
Figura 3-11: Crescimento económico por Sector	28
Figura 3-12: Poupanças e Investimento	29
Figura 3-13: Reservas externas	31
Tabela 1-1: Metas de Convergência Macroeconómica	1
Tabela 1-2: Outras metas macroeconómicas	1
Tabela 2-1: Dados Básicos – SADC	3
Tabela 2-2: Crescimento da economia (percentagem)	6
Tabela 4-1: Indicadores de convergência em Angola	33

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório foi comissionado pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) a fim de se analisar o balanço alcançado pela República de Angola relativamente ao Programa de Convergência Macroeconómica, como especificado no Memorando de Entendimento (MOU) celebrado pelos Estados Membros em Agosto de 2002, e ainda especificado no Protocolo relativo a Finanças e Investimento da SADC (FIP). O programa de convergência macroeconómica tem como fundamento a avaliação de quatro indicadores macroeconómicos, mas o FIP não especifica qualquer meta relativa aos referidos indicadores. As metas são definidas no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), lançado em Agosto de 2004, na Cimeira realizada em Arusha, que definiu, igualmente, o calendário para se alcançar a união monetária em 2018 (Tabela 1-1).

Tabela 1-1: Metas da Convergência Macroeconómica

Ano	2008	2012	2018
Indicadores			
Taxa Anual de inflação	1 Dígito	5%	3%
Défice/PIB	<5%	3%	3-1%
Dívida/PIB	60%	60%	60%
Conta Corrente /PIB	9%	9%	3%

O RISDP refere-se também a outros indicadores financeiros de estabilidade macroeconómica, que estão expressamente incluídos no FIP:

Tabela 1-2: Outras Metas macroeconómicas

Ano	2008	2012	2018
Indicadores			
Crescimento económico	7%	7%	7%
Reservas Externas (Meses de cobertura de importações)	3	6	6
Crédito do Banco Central ao Governo (% de receitas)	10%	5%	5%
Poupanças internas (% PIB)	25%	30%	30%
Investimento Interno (% PIB)	30%	30%	30%

A informação foi recolhida durante uma visita à República de Angola, feita de 26-29 de Julho de 2006, quando se realizaram encontros com os funcionários chave do Governo e do Banco Central.

Como indicado nos Termos de Referência (Anexo 3) os principais objectivos do relatório são:

- Avaliar o progresso feito por Angola relativamente aos critérios e às metas de convergência macroeconómica especificadas no MOU e no RISDP;
- Avaliar se é provável a concretização das metas macroeconómicas num curto a médio prazo;
- Avaliar a política quadro de Angola em termos da possível eficácia actual e futura, relativamente à concretização das metas macroeconómicas; e
- Propor um programa de política macroeconómica que facilitará a concretização das metas de convergência macroeconómica.

A estrutura do relatório é a seguinte: A Secção 2 contém uma ideia geral da economia de Angola; A Secção 3 apresenta detalhadamente os desenvolvimentos económicos relativos às metas de convergência macroeconómica; a Secção 4 examina prováveis desenvolvimento das metas macroeconómicas no futuro e revê as actuais iniciativas políticas relativas às metas macroeconómicas; a Secção 5 contém a conclusão.

2 VISÃO GERAL DA ECONOMIA

Em termos de superfície, Angola é o terceiro país da região da SADC mas é relativamente sub-povoado. Angola ocupa 14 por cento da superfície total da SADC, mas a sua população é somente 6,6 por cento da população total da Região (ver Tabela 2-1). A contribuição de Angola para o produto interno bruto (PIB) da SADC alcança 5,5 por cento, com um rendimento per capita de US\$901 (2003).

Tabela 2-1: Dados Básicos – SADC

	População	Superfície	Densidade e População	Rendimento Nacional Bruto		Rendimento nacional bruto per capita	
	Milhões 2003	Milhares de km ² 2003	Habitantes por km ² 2003	bilhões US\$ 2003	Classificação 2003	US\$ 2003	Classificação 2003
Baixos rendimentos							
R D do Congo	53	2,345	23	5.4	117	100	206
Malawi	11	118	117	1.8	155	160	200
Moçambique	19	802	24	3.9	131	210	195
Tanzânia	36	945	41	10.7	89	300	183
Zâmbia	10	753	14	4.0	129	380	177
Zimbabwe	13	391	34				
Lesotho	2	30	59	1.1	169	610	156
Angola	14	1,247	11	10.0	93	901	148
Swazilândia	1	17	64	1.5	160	1,350	127
Rendimentos médios							
Namíbia	2	824	2	3.9	132	1,930	112
África do Sul	46	1,219	38	126.0	33	2,750	94
Botswana	2	582	3	6.1	112	3,530	86
Maurícias	1	2	602	5.0	119	4,100	78
Total da SADC	210	9,275	23	179.4		854	
África Subsaariana	705	24,265	30	350.7		500	

Os anos de Guerra que se seguiram à independência e a má gestão económica, limitaram o desenvolvimento económico de Angola. A guerra surgiu novamente antes da data de independência¹ quando o governo de transição, integrando a UNITA, o MPLA e a FNLA, caiu. A guerra entre os contendores envolveu Cuba e os países de leste, que apoiavam o MPLA, e a África do Sul e os países do ocidente que apoiavam a aliança UNITA-FLNA. Embora o MPLA, liderado por Agostinho Neto, se encontrasse em vantagem, a guerra civil

¹ Angola alcançou a Independência a 11 de Novembro de 1975.

continuou. O MPLA estabeleceu um estado monopartidário, sendo o Marxismo-Leninismo adoptado como ideologia oficial, em 1977. Com a morte de Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos foi eleito presidente. Após a queda da União Soviética, a ideologia do Estado foi-se diluindo gradualmente, e o Marxismo Leninismo foi abolido em Dezembro de 1990.

As mudanças extremas resultantes da política e das alianças internacionais criaram as condições apropriadas para se chegar a um acordo de cessar-fogo, assinado em Maio de 1991, em Bicesse (Portugal). Este acontecimento foi observado pelos EUA, Rússia e Portugal. A partir deste acordo emergiu um sistema multipartidário em Maio de 1991, e realizaram-se eleições Presidenciais e Parlamentares em Setembro de 1992 com uma enorme participação dos eleitores (91 por cento). O MPLA e José Eduardo dos Santos ganharam as eleições que foram declaradas razoavelmente justas pelos observadores internacionais. Contudo, o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, apesar do bom resultado que alcançou (40,1 por cento dos votos) alegou que tinha havido fraude e deixou a capital lançando Angola, durante anos, na sua luta mais sangrenta. Foram feitas outras tentativas para se alcançar a paz (Lusaka 1994) mas foram infrutíferas e o impasse militar só foi quebrado com a morte de Savimbi, morto numa emboscada do exército a 22 de Fevereiro de 2002. Em Abril de 2002, foi assinado um cessar-fogo entre as Forças Armadas de Angola (FAA) e os rebeldes da UNITA, pondo, assim, fim a 25 anos de uma guerra civil quase sem interrupção. Desde então, Angola tem estado em paz.

Entre as antigas colónias Portuguesas em África, Angola era a mais desenvolvida sob o ponto de vista económico. Gozou de uma economia sólida com um sector industrial de expansão rápida e sendo quase auto-suficiente em agricultura. O sector industrial estava direccionado à indústria leve e aos artigos de consumo, principalmente para satisfazer a procura da população colonialista. A agricultura comercial estava, principalmente, nas mãos dos agricultores Europeus, e os pequenos agricultores tradicionais produziam elevados excedentes de culturas alimentares e de rendimento para exportação. O sector mineiro (diamantes e minério de ferro) era bastante activo e a exportação de petróleo era crescente.

Contudo, após a independência, a combinação da planificação centralizada e a partida da maioria da elite colonial dos sectores técnico e de gestão enfraqueceu a actividade económica, uma situação agravada por um programa alargado de nacionalizações que afectou todos os sectores da economia. A fraca gestão e a falta de incentivos para os trabalhadores quase que levou a produção a uma estagnação total. Para manter o nível de vida urbano, os preços eram estabelecidos abaixo do custo e o défice orçamental resultante

dos subsídios conexos eram financiados através da “criação de dinheiro”. Os principais resultados deste modelo de desenvolvimento económico foram planos económicos complexos que resultaram em prateleiras vazias, carências de artigos, hiperinflação e ineficiência económica. O racionamento, a economia por troca e a corrupção tornaram-se comuns na sociedade, e o sonho do desenvolvimento equitativo deu lugar a uma distribuição de riqueza muito desigual. Por outro lado, a guerra prolongada dividiu o país, com os centros urbanos sob o controlo do governo e grande parte das zonas rurais sob o controlo da UNITA.

Em 1990 o Governo liberalizou parcialmente a economia abrindo-a às forças do Mercado, entrando num programa de liberalização e de privatização da economia. A moeda foi desvalorizada gradualmente, a maioria dos controlos de preços foi removida e algumas empresas foram privatizadas. Contudo, o processo foi realizado de um modo caótico, sem compromisso político por qualquer das partes, e não teve sucesso em concretizar os seus objectivos de promoção da actividade económica e do bem-estar da população.

Os legados económicos e sociais destes desenvolvimentos foram enormes. A vida da população foi profundamente afectada pela guerra que limitou a liberdade de circulação e criou uma migração maciça para os centros urbanos, ou a emigração para o estrangeiro. Um terço da população era deslocado ou refugiado. Em 2004, as estatísticas do governo indicavam que mais de 3,8 milhões de pessoas deslocadas internamente, de refugiados e de soldados desmobilizados tinham voltado aos seus locais de origem. Este enorme fluxo migratório, a destruição do sistema tradicional de actividade económica e de solidariedade social, bem com a destruição das infra-estruturas sociais e físicas, lançaram o país numa crise humana. Angola, apesar dos seus recursos naturais riquíssimos, é um dos 18 países mais pobres do mundo.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para 2004 (com base nos dados de 2002), classificou Angola em 166º lugar entre 177 países, com indicadores sobre saúde, educação e estado nutricional entre os piores encontrados em África. Mais de 68 por cento da população vive abaixo do limiar da pobreza de US\$ 1, por dia, na maior parte das zonas rurais. A diferença das receitas dos ricos e dos pobres tem alargado. A maioria da população sobrevive com base no sector informal da economia, enquanto uma pequena secção da sociedade comanda a riqueza do país. Em 2000, de acordo com os dados do Governo, os agregados familiares no segmento mais rico da população ganhavam 27 vezes mais do que os do menos rico, e

eram responsáveis por 42,5% das despesas dos agregados familiares, um acréscimo dos 31,5 por cento em 1995².

Durante o período pós-independência, o sector petrolífero continuou a prosperar, mas quase todos os sectores da economia operavam a uma fracção dos níveis anteriores à independência. As avaliações da produção são incertas, embora, de acordo com as estimativas do Banco Mundial, o PIB de Angola tivesse aumentado em termos reais numa média de 4,5% por ano, de 1985 a 1989, baixando para 0.9 por cento por ano, de 1990 a 2002.

Tabela 2-2: Crescimento da economia (percentagem)

	85 – 89	90 - 02
Taxa média de crescimento	4.5	1.3
Agricultura	0.5	-1.3
Indústria	8.1	3.4
Serviços	1.7	-1.6
Exportação de bens	1.1	6.0
Investimento bruto	14.8	24.7

Fontes: Indicadores do Desenvolvimento Africano do Banco Mundial 2003

Todos os sectores da economia contribuíram para o seu abrandamento nos anos 90, com excepção do sector petrolífero (Tabela 2-2). O bom desempenho de investimentos em ambos os períodos resultou dos investimentos feitos nos jazigos de petróleo nacionais. A produção de petróleo em Angola teve início em 1968, ao largo da Costa da Província de Cabinda, em águas pouco profundas. Nos anos de 90, a disponibilidade de novas técnicas de exploração em águas profundas impulsionou a produção; a produção dos novos campos de petróleo em águas profundas aumentou de menos de 0,5 milhões de barris de petróleo por dia (BPD) em 1990 para o nível actual de 1 milhão de barris por dia.

O domínio do sector petrolífero sobre outros sectores da economia de Angola (Figura 1) deve continuar no futuro, visto que novos jazigos em águas profundas e ultra-profundas entrarão em produção. Os outros sectores da economia vão lentamente recuperando do longo período de estagnamento e/ou declínio.

A contribuição do sector agrícola para o PIB, que em 1991 era de 24%, baixou para um pobre 8% do PIB em 2003, embora dê emprego a mais de dois terços (75 por cento) da população activa de Angola. A produção agrícola contribui com menos de metade das

² Estes dados referem-se a uma amostra urbana, e considera-se que a diferença entre os rendimentos nas zonas rurais e urbanas ainda seja maior, embora ainda não tenha sido feita uma investigação formal.

necessidades alimentares da população, enquanto as importações e a ajuda alimentar internacional cobrem o saldo negativo das necessidades alimentares. Os problemas mais significativos encontrados na produção agrícola são:

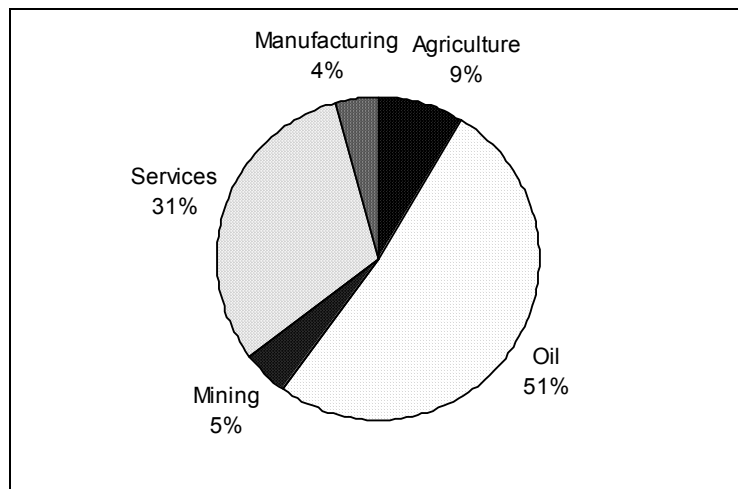
- Os pontos fracos no processo de comercialização agrícola. O sistema não encoraja o sector agrícola tradicional a envolver-se na produção comercial.
- Apoio financeiro insuficiente direccionado ao sector agrícola rural tradicional, bem como a escassez de semente e de adubos.
- Uma falta grave de instalações de armazenamento para os excedentes da produção agrícola.
- A destruição das redes e sistemas rodoviários dificultam o acesso aos mercados.

Além disto, Angola é um dos países mais afectados por minas pessoais. Nas zonas rurais, este factor limitou grandemente a segurança das populações camponesas.

O sector transformador que, na altura da independência oferecia emprego a 25 por cento da força laboral, foi grandemente destruído pelas nacionalizações e pela guerra civil, e em 1999 operava a menos de 3 por cento da sua capacidade. A recuperação deste sector exige investimentos enormes na reconstrução tanto do capital humano como físico. De importância especial é a necessidade de desenvolvimento de uma atitude empresarial, para reabilitar as infra-estruturas físicas e para melhorar os padrões.

Os sectores de energia e da água contribuem minimamente para o crescimento do PIB. Os incidentes de sabotagem e de pobre manutenção no passado reduziram a capacidade dos sectores para metade do seu potencial. Por outro lado, as tarifas mantêm-se a níveis baixos não realistas, que cobrem somente uma pequena parte do custo efectivo de produção e dos investimentos, e as companhias estatais de serviços básicos dependem de subsídios governamentais imprevisíveis. A falta de mecanismos efectivos de recuperação de custos tem sido a causa principal da degradação dos serviços de abastecimento de água, de saneamento e de electricidade, nas áreas não afectadas pela guerra. O consumo da electricidade per capita registou um decréscimo de 214 kilowatts-horas em 1980 para 135 kilowatt-hora em 2002 e menos de 10 por cento da população tem acesso a electricidade.

Figura 2-1: Estrutura do PIB



Manufacturing – Indústria transformadora
Agriculture – Agricultura
Services – Serviços
Mining – Exploração mineira
Oil - Petróleo

A maioria das infra-estruturas físicas do país ou foram destruídas pela guerra ou ficaram degradadas devido à contínua falta de manutenção. Desde a independência, foram feitos poucos investimentos para a manutenção e melhoramento das infra-estruturas físicas. Contudo, o Governo está, actualmente, envolvido num programa extensivo de reabilitação das infra-estruturas (Programa de Reabilitação de Infra-estruturas - PRINF), que necessita de grandes recursos financeiros para fazer face à elevada escala de melhoramentos necessários após os anos de destruição. Contudo, a intervenção do governo contribuiu para a reactivação do sector de construção e para os sub-sectores conexos (produção de cimento, etc.).

Outros serviços negociáveis incluindo o comércio, transporte, comunicações, serviços bancários e de seguros representam a segunda maior contribuição para o PIB e são os principais recipientes do investimento privado, especialmente as telecomunicações.

Desde o fim da Guerra civil em 2002, o ambiente macroeconómico tem melhorado constantemente. O legado do conflito civil inclui uma inflação elevada, uma dívida externa de envergadura, a curto prazo, uma folha de pagamentos do sector público de grande magnitude, e instituições estatais que ocupam cargos dominantes em áreas críticas da economia mas com responsabilidades limitadas. O governo está dedicado a corrigir o desequilíbrio fiscal e monetário de longo prazo que caracterizou os anos da década de 90. Empreendeu grandes reformas fiscais e monetárias e estabeleceu

um programa de estabilidade macroeconómica a fim de ter um sistema de gestão fiscal mais controlado e uma política monetária mais apertada para limitar a inflação.

No sector fiscal, isto envolveu o estabelecimento de um orçamento unificado, uma única conta do Tesouro, e um sistema *on-line* que controla o fluxo de fundos entre o Tesouro, o Banco Nacional de Angola e o Banco de Poupança e Crédito, que é propriedade estatal e que opera o orçamento. No lado monetário, o Governo está comprometido a controlar a inflação, e a eliminar as diferenças existentes entre o câmbio oficial e o câmbio no mercado negro. O Estatuto do Banco Nacional de Angola, emitido em 1997, consagra um único objectivo do Banco Nacional de Angola: a “estabilidade do valor da moeda nacional” e limita a concessão de crédito ao governo até 10 por cento das receitas recolhidas no ano anterior, que têm de ser pagas durante o exercício financeiro (31 de Dezembro). Após o período de instabilidade macroeconómica que se seguiu ao acordo de paz, com a elevada inflação e o elevado défice fiscal impulsionados por despesas não registadas (por exemplo, as operações “quase-fiscais” empreendidas pela companhia petrolífera estatal Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol)), o sistema de gestão macroeconómica está agora a melhorar.

As relações entre Angola e o FMI e o Banco Mundial têm, por vezes, sido bastante tumultuosas, com as instituições de Bretton Woods a manifestarem a sua preocupação pela falta de transparência na gestão das receitas petrolíferas. Em resposta, o Presidente J.E. dos Santos descreveu as políticas do FMI como inapropriadas para Angola, e declarou a sua intenção de pôr termo às reformas económicas no interesse da “soberania” do país. Desde então, Angola optou por uma abordagem “gradual” de reformas e indicou que não quer qualquer outro programa do FMI. As más relações com o FMI criaram problemas subsequentes para o Governo, visto que a maioria dos doadores e das agências ocidentais se mostraram relutantes em oferecer assistência direccionada à reconstrução pós-guerra. O conflito com o FMI foi interpretado como sendo uma ausência de um compromisso forte para a implementação de políticas macroeconómicas apropriadas e para a introdução de reformas estruturais muito necessárias.

Angola identificou outras fontes de financiamento, nomeadamente, empréstimos onerosos dos bancos comerciais e das agências financeiras bilaterais, especialmente a China³ e o Brasil.

Contudo, nos últimos anos, as relações com as Instituições de Bretton Woods têm melhorado e, em Março de 2005, o Conselho

³ Angola está posicionada como sendo a maior fonte de *crude* da China.

Executivo do FMI realizou consultas com Angola ao abrigo do artigo IV do FMI, louvando as autoridades *“pelos melhoramentos alcançados na gestão macroeconómica desde o acordo de paz.”* Notando a marcada redução da inflação durante o último ano, os Directores observaram que parece ter sido registada uma ruptura decisiva com os *“records atingidos anteriormente nos elevados défices fiscais e quase-fiscais, na criação de dinheiro e na elevada inflação.”* Acolheram também com satisfação os passos iniciais empreendidos para melhorar *“a transparência, incluindo a unificação orçamental, o uso crescente de auditores independentes, e o reforço de recolha de dados.”* A normalização das relações com o FMI facilitará o caminho para o apoio financeiro a ser dado pelos doadores embora não possa pôr de parte a possibilidade de contratempos futuros. Os elevados preços do petróleo providenciarão os meios financeiros para reduzir o rácio de endividamento ao FMI, mas simultaneamente reforçará a influência de uma elite política com interesses poderosos, que pode não estar interessada na transparência nem em mudanças na estrutura do poder do sector económico.

3 DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E METAS DA CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA DA SADC

Na presente secção, analisamos os desenvolvimentos económicos mais recentes, relativamente às metas da convergência macroeconómica da SADC (inflação, défice orçamental, dívida pública e conta corrente). A análise cobre também outras variáveis macroeconómicas, especificamente, o crescimento económico, as poupanças e o investimento, os empréstimos do banco central ao Governo, e a cobertura de reserva, visto que são sublinhadas no RISDP e são importantes sob o ponto de vista de sustentabilidade macroeconómica.

Angola ainda não possui um enquadramento económico a médio prazo que oriente a política económica. Actualmente, o horizonte para as decisões que afectam a política macroeconómica não vão além de dois anos (Programa Geral do Governo para o Biénio 2005/2006). Um novo projecto de plano bienal está pendente da aprovação em Outubro-Novembro de 2006, enquanto o Ministério do Planeamento elabora um programa de médio a longo prazo (até 2025) que será submetido para apreciação pelo governo ainda este ano.

3.1 Metas de Convergência Macroeconómica

3.1.1 Inflação

Desde a independência que Angola tem atravessado períodos de inflação muito alta. Durante o período socialista, os preços eram fixados pelo governo e a inflação era estável e a níveis baixos, mas isto constituía uma “inflação reprimida”, isto é, havia a falta de produtos no mercado. A transição para uma economia do mercado coincidiu com a guerra civil e as despesas públicas ficaram totalmente fora de controlo. O Banco Central acomodou despesas não planificadas, extra-orçamentais através da monetização do défice. Isto levou a um crescimento rápido da oferta de dinheiro acompanhado por uma elevada inflação. No período de 1987 - 1997, a inflação alcançou um nível médio de 363.6 por cento, e em 2003 a inflação estava ainda ao nível de três dígitos (108.9 por cento). Como resultado, a economia de Angola ficou “dolarizada”; em 2002, os depósitos em divisas representavam 74 por cento da oferta de dinheiro (M2), embora esta tivesse apresentado um decréscimo para 54 por cento em 2004, como resultado do compromisso do Governo em criar a confiança no Kwanza, a moeda nacional. A moeda não é

ainda convertível, mas espera-se que esta questão seja considerada quando o câmbio ficar mais estável, e o mercado informal for eliminado.

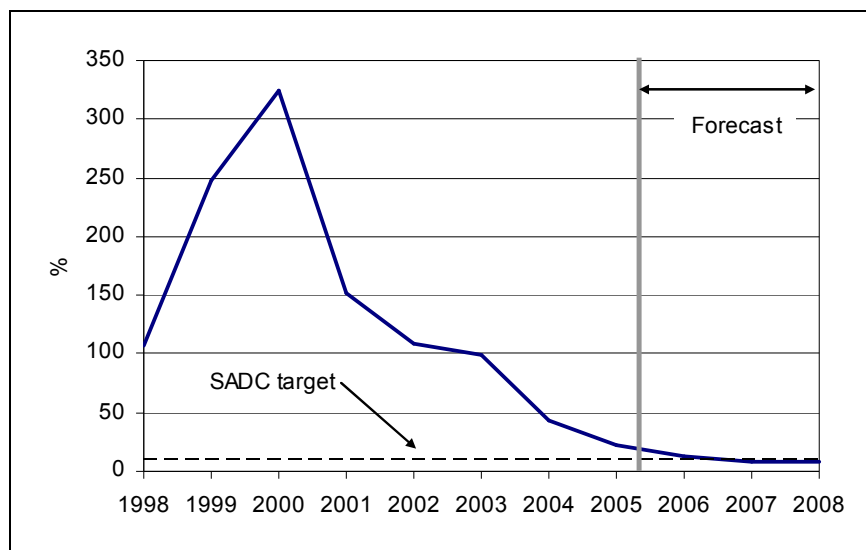
O governo está publicamente empenhado numa maior disciplina fiscal, e um controlo dramático da inflação sublinhou a seriedade desta decisão. O objectivo do Banco Central, consagrado no estatuto, é o controlo da inflação, embora possua somente uma autonomia limitada na concretização do referido objectivo. Contudo, obteve algum sucesso ao fazê-lo, de tal modo que em 2003 – pela primeira vez em muitos anos – a inflação limitou-se a dois dígitos (76,6%), e desceu ainda para 43,6% em 2004 e para 23 por cento em 2005. (ver diagrama 2).

Este resultado foi obtido através da chamada política do “*hard kwanza*” ou seja, “Kwanza forte”, que envolveu a liberalização do Mercado cambial e a absorção activa da liquidez nacional através das vendas de divisas pelo banco central. Esta política estabilizou o câmbio nominal através da intervenção no mercado cambial e baixou o preço das importações, particularmente dos produtos alimentares. Deste modo, o governo focalizou o controlo da inflação importada mantendo o Kwanza sobrevalorizado. Contudo, a causa de raiz da elevada inflação persistente é a fraca política fiscal, que resulta em gastos excessivos. O relatório da missão do FMI afirma que “embora as contas do governo tivessem passado para um excedente em 2005, o crescimento monetário foi mais elevado do que o que tinha sido previsto ... impulsionado por um aumento brusco da liquidez o que esteve associado, no fim do ano, a *uma maior do que habitual concentração de gastos do governo.*” A base monetária reflectiu uma subida de 66 por cento nos 12 meses até ao fim de Dezembro de 2005, apresentando alguns riscos inflacionários nos meses seguintes.”

Perspectivas da inflação

As metas da inflação para 2005-2006, definidas no programa do governo, foram de 15 e 10 por cento, respectivamente. Contudo, o governo ultrapassou estas metas, visto que a inflação alcançou 23 por cento em 2005 e espera-se que seja de 13 por cento em 2006.

Figura 3-1: Inflação



SADC target – meta da SADC

Forecast - previsão

As previsões até 2008 (Figura 3-1) são que haja um declínio na inflação para um só dígito em 2007 e 2008, o que estará de acordo com o programa de convergência macroeconómica da SADC.

Contudo, existem factores que podem pôr em perigo os resultados previstos. O Kwanza é ainda uma moeda muito fraca e o câmbio em relação ao dólar é muito volátil. Qualquer acréscimo inesperado na despesa pública, financiado através do aumento de oferta monetária, reduzirá a confiança do público relativamente à moeda nacional a favor do dólar americano. Por sua vez, isto pode causar a desvalorização do Kwanza o que acelerará a inflação, visto que Angola importa quase metade dos seus produtos alimentares; essencialmente, isto marcaria um regresso à situação anterior, à política do “Kwanza forte”. No passado, os maiores gastos em Kwanza não foram acompanhados por uma injeção equivalente de dólares americanos no sistema financeiro para apoiar a moeda. Esta situação resultou numa falta de dólares e na desvalorização do Kwanza. Contudo, o acréscimo no preço do petróleo tem estimulada as reservas do país com dólares suficientes para apoiar a procura da moeda americana, preservando o valor nominal do Kwanza em dólares. Embora esta política possa ser mantida enquanto as receitas das exportações de petróleo são flutuantes, o banco central está consciente que isto é dispendioso e pode não ser sustentável a longo prazo.

Embora um forte Kwanza nominal ajude a conter a inflação importada, à luz da elevada taxa de inflação esta política está a

contribuir para um câmbio real sobrevalorizado o que está a prejudicar seriamente a competitividade das actividades produtivas não petrolíferas, tais como a indústria transformadora e a agricultura.

Para alcançar a meta de inflação da SADC, o Governo precisa de se empenhar em conter o défice fiscal e em reduzir o excesso de liquidez da economia. Necessita de aumentar a autonomia do banco central, que podia depois gerir a política monetária e estabilizar o câmbio através da venda pública de divisas – conhecida por leilão de divisas – e absorver o excesso de liquidez através da venda de mais Títulos do Tesouro.

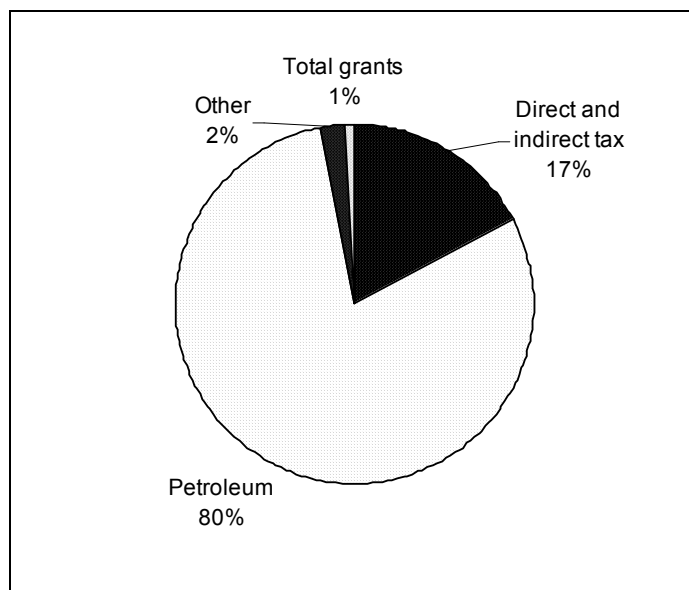
Presentemente, o índice de preços no consumidor não cobre todo o país. Em 1999, Angola actualizou o cabaz de produtos e fez a revisão da composição do agregado familiar. O novo cabaz fundamenta-se no Levantamento do Consumidor e das Despesas e inclui 224 artigos (159 anteriormente). Dá menos peso aos alimentos e nenhum peso às bebidas alcoólicas. Alargando a cobertura territorial do cabaz pode melhorar a relevância da medida de inflação, que presentemente parece reflectir os padrões do consumo urbano em vez do consumo da população rural.

3.1.2 Défice Orçamental

O actual programa do governo visa manter as finanças públicas sob controlo através de uma política de despesas mais transparente e responsável, uma recolha mais eficiente das receitas e de uma melhor organização administrativa. No lado das despesas, estão a ser implementados novos procedimentos e classificações orçamentais. Foi introduzida uma única conta do Tesouro, o fluxo dos fundos é acompanhado através de sistemas *on-line* na administração e as prioridades das despesas foram agora definidas. No lado das receitas, tiveram lugar importantes intervenções no sector aduaneiro. Estas incluíram a eliminação de licenças de importação e restrições quantitativas, a assinatura de um contrato com *Crown Agents* para procederem à modernização da administração aduaneira, e o aumento da transparência na recolha de tarifas alfandegárias. Ao nível institucional, as intervenções para melhorarem os níveis de competência das instituições locais e centrais, os procedimentos para seguir pagamentos e encomendas são contínuas.

As receitas internas de Angola dependem grandemente das exportações de petróleo, que providenciam 80 por cento das receitas totais (ver Figura 3-2), enquanto os impostos directos ou indirectos contribuem com 17 por cento; as subvenções são uma proporção mínima da receita total.

Figura 3-2: Estrutura das Receitas Estatais, 2005



Fonte : Ministério das Finanças: Orçamento 2006

Total Grants – Subvenções totais

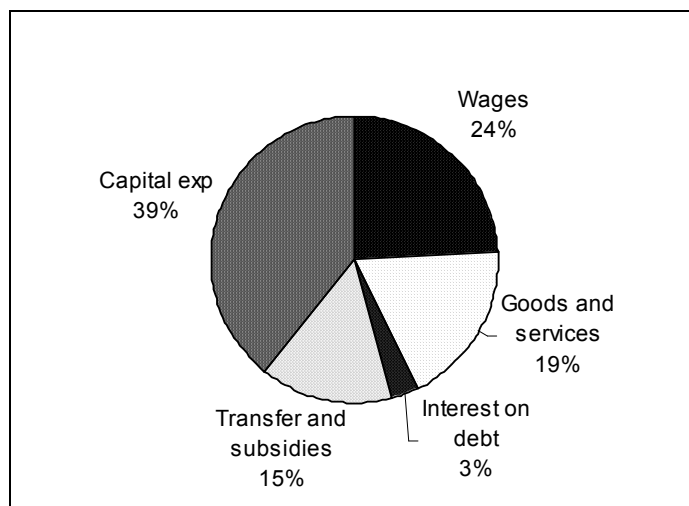
Direct and indirect tax – Tributação directa e indirecta

Other - diversos

O rácio das receitas em relação ao PIB foi bastante elevado (40 por cento), embora o Ministério das Finanças tivesse adoptado uma abordagem muito conservadora a fim de tomar em conta as receitas do petróleo em termos de produção e de preços. No orçamento de 2005, o volume da produção, estimado em 567,1 milhões de barris por ano, foi previsto a 498,1 milhões de barris e o preço foi fixado a US\$56 por barril, quando o preço real do mercado é de cerca de US\$ 70. Esta abordagem tende a eliminar os ciclos com períodos alternados de expansão e recessão devido ao ambiente incerto da produção e dos preços do petróleo que podem debilitar a estabilidade e o desenvolvimento.

As despesas do governo em 2005 representaram 35,7 por cento do PIB: desta percentagem, as despesas correntes receberam 58 por cento; despesas de capital 39 por cento e os pagamentos de juros receberam 3 por cento. Os juros pagos sobre a dívida externa alcançaram 1 por cento do PIB (ver Figura 3-3). As transferências e os subsídios constituem uma importante rubrica orçamental, especialmente os subsídios que cobrem os défices das empresas estatais e a diferença entre os custos de produção e as tarifas de petróleo, electricidade e água. O governo visa reduzir os subsídios, e no orçamento de 2006 a referida rubrica é responsável por 15 por cento das despesas como resultado de uma redução do subsídio de gasolina, que foi degressivo visto que tendia a favorecer os ricos.

Figura 3-3: Estrutura das Despesas do Governo, 2005



Fonte: Ministério das Finanças: Orçamento de 2006

Wages – salários

Goods and services – Bens e serviços

Interest on debt – Juros da dívida

Transfer and subsidies – transferências e subsídios

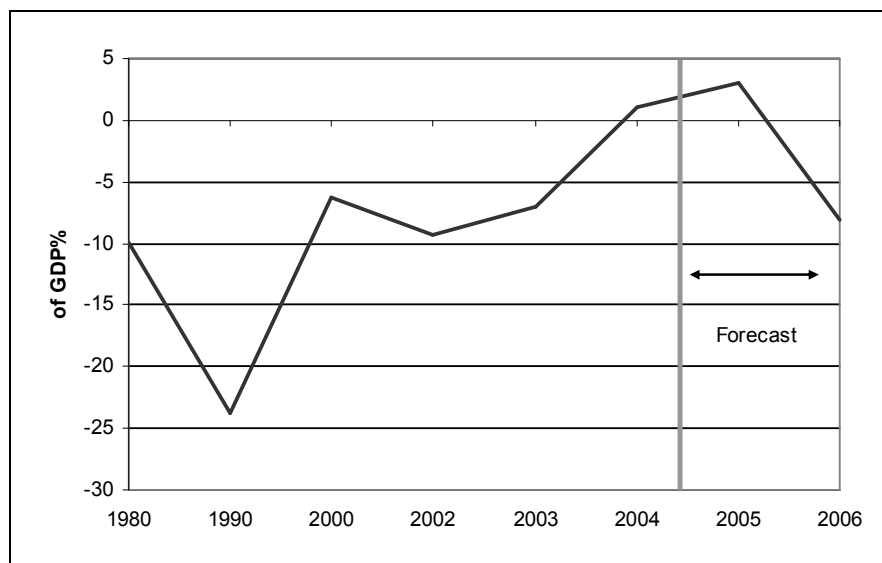
Capital expenditure – despesas de capital

Nas últimas duas décadas, Angola registou um elevado défice orçamental. No período de 1980-1990 o défice era em média de 10,2 por cento do PIB e na década seguinte, subiu para 16,1 por cento. O orçamento estava, efectivamente, fora de controlo visto que algumas instituições foram autorizadas a gerir as despesas e as receitas, fora do controlo do governo.

Desde 2002 (Figura 3-4), a posição tem melhorado e registou-se um declínio substancial no défice fiscal, reflectindo:

- O aumento dos preços de petróleo;
- Menos gastos reais em bens e serviços; e
- As políticas para reduzir os subsídios de combustíveis, o que, por sua vez, fez aumentar os preços da gasolina para cerca de US\$1.50 por galão em Novembro de 2004.

Figura 3-4: Balanço do Orçamento do Estado



Em 2005, o balanço primário foi positivo, devido, primariamente às elevadas receitas do petróleo que subiram de US\$5.6 bilhões um ano antes para US\$10 bilhões. Contudo, esperava-se que em 2006 deteriorasse devido ao rápido aumento do rácio das despesas em relação ao PIB. Espera-se que as despesas quase que dupliquem, de Kw859 bilhões para Kw1637.4 bilhões, com o acréscimo a ser impelido, em grande parte, pelas despesas de capital, que aumentarão de Kw134 bilhões para Kw744 bilhões, ou de 5 para 22 por cento do PIB.

Angola não tem recebido muito apoio dos doadores internacionais pelas razões mencionadas acima e tem-se voltado para os empréstimos comerciais para o financiamento dos seus projectos. Uma missão do FMI verificou que “em 2003-04, o sector público tinha lançado mão de pesados empréstimos externos brutos equivalentes a 12 por cento por ano. Um total de US\$3.4 bilhões foram de bancos comerciais em empréstimos baseados no petróleo e mais de US\$0.5 bilhões foram disponibilizados através de linhas de crédito apoiadas no petróleo.”

Perspectivas do Défice Orçamental

As finanças públicas de Angola são fundamentadas em planos bienais. O próximo plano cobrirá o período de 2007-2008, enquanto se espera pelo quadro fiscal a médio prazo que cobrirá o período até 2025. Prevê-se que este plano ofereça uma estratégia económica e de desenvolvimento abrangente com base na disciplina fiscal, numa política sólida de investimento das receitas do petróleo e minimizando o risco das despesas pró-cíclicas.

Angola elaborou o seu orçamento para o exercício financeiro de 2005 fundamentando-se numa estimativa conservadora tanto dos

preços do petróleo como da produção. Quaisquer receitas adicionais derivadas dos preços mais elevados são consolidadas através de uma conta de reserva do petróleo a ser usada para aliviar os ciclos e para financiar projectos considerados importantes sob o ponto de vista social.

Embora se tenham verificado melhoramentos importantes nos últimos dois anos, em termos das contas fiscais e da transparência do governo, são necessários mais esforços para gerir tanto as receitas como o controlo das despesas.

No lado das receitas, há necessidade de se simplificar a estrutura fiscal, de introduzir o IVA, incrementar a transparência das receitas do petróleo e fazer com que a recolha de impostos seja mais eficiente.

No lado das despesas é importante:

- Reforçar o papel do Tesouro na planificação financeira, como o único instrumento de execução do orçamento estatal. Isto devia então evitar as despesas não planeadas por outros actores. O estudo independente de diagnóstico do petróleo publicado pelo Governo em Maio de 2004, revelou pontos fracos significativos na governação do sector petrolífero, e o facto de que as despesas feitas pela Sonangol em nome do governo também permanecem fora do controlo e da monitorização efectivos do governo central. A companhia diamantífera nacional, Endiama, continua também a actuar no meio de conflitos de interesse e, apesar de algumas reformas do sector, a transparência permanece muito limitada;
- Garantir a cobertura financeira orçamentada para qualquer despesas projectada;
- Reforçar a gestão dos fluxos de pagamento implementando o SIGFE⁴ que permite uma planificação, implementação e monitorização mais eficientes das despesas públicas;
- Reduzir os subsídios do petróleo, da electricidade e da água.

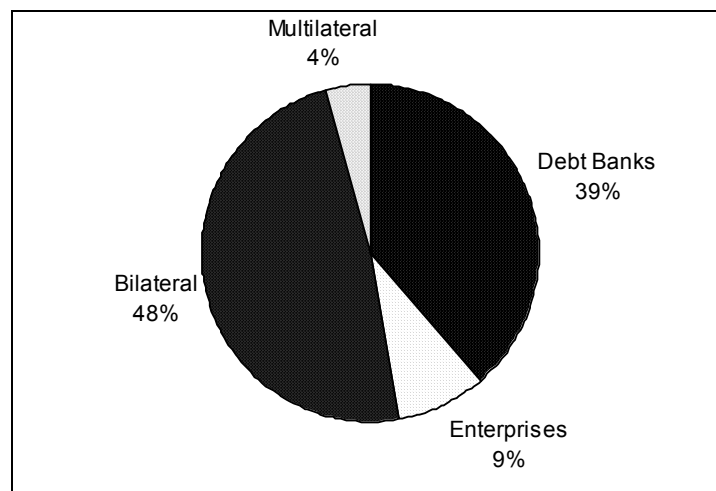
Angola está longe de concretizar as Metas de Desenvolvimento do Milénio. Contudo, a abordagem muito conservadora de introduzir as receitas de petróleo no orçamento e a constituição de uma conta de reserva de petróleo dá ao governo a oportunidade para superar a pobreza geral e os indicadores de baixo desenvolvimento humano. O acréscimo projectado nas despesas de capital em 2006 devia ajudar, embora se verifique uma preocupação relativamente à capacidade da economia absorver um montante tão elevado de despesas de capital.

⁴ Sistema Integrado de Gestão das Finanças do Estado

3.1.3 Dívida pública

Em 2004, a dívida externa de Angola alcançou US\$8.9 bilhões, dos quais 34 por cento eram capital e juros em atraso na maior parte devidos aos credores bilaterais oficiais.

Figura 3-5: Estrutura da Dívida Externa, 2004



A dívida externa cresceu muito rapidamente desde 2001 como resultado de um déficit fiscal enorme, alcançando US\$ 2.2 bilhões neste período.

A dívida externa de Angola é, principalmente, dívida de bancos comerciais (Figura 3-5) que alcança 48% do total, na sua maioria a bancos comerciais (37 por cento). Quatro por cento constituem dívidas a instituições multilaterais, e 48% com acordos de empréstimos baseados no petróleo. A China, Israel, Índia e Portugal concederam novas linhas de crédito, para além da linha já existente com o Brasil. O Brasil concedeu um empréstimo de €450 milhões para o período de 2005-2007 que Angola pagará em petróleo com o equivalente de 20 000 barris por dia, e recentemente a China concedeu um empréstimo baseado no petróleo de uma linha de crédito de €1.7 bilhões que se tornou a principal fonte para programas de investimento público durante o período de 2004-2006.

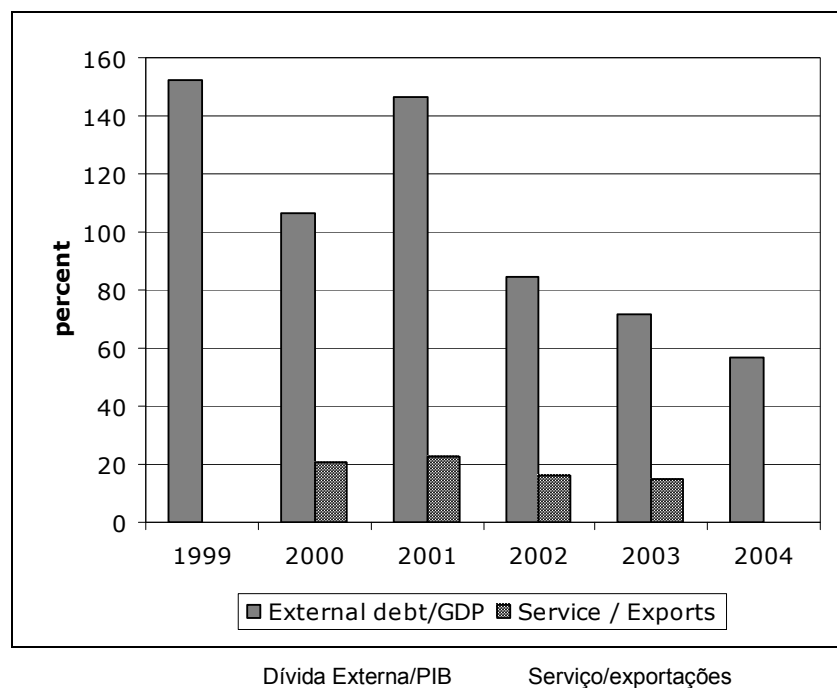
Durante a década de 90 o governo deixou de servir a dívida externa e Angola acumulou atrasos relativamente a todos os credores externos; além disso, em resultados das relações tensas com as Instituições de Bretton Woods, foi excluída da assistência financeira internacional. Devia ter sido realizada uma conferência de doadores depois do acordo de paz, a fim de negociar um programa multilateral estimado em €2,2 bilhões, mas a comunidade doadora e as instituições financeiras internacionais adiaram a referida conferência, sujeito a maior transparência no uso das receitas derivadas da produção do petróleo.

Desde o acordo de paz, Angola tem servido regularmente a sua dívida multilateral e comercial, e procedeu ao reescalamento dos atrasos com o Brasil, Alemanha, Polónia e Portugal. Em Agosto de 2004, Angola fixou um novo calendário para a sua dívida para com Portugal no montante de US\$1.8 bilhões. O acordo envolveu um pagamento em numerário no montante de US\$258 milhões e fixou o novo calendário para os pagamentos em 28 anos com juros de 1 por cento por ano, e um montante de US\$500 milhões atribuído ao pagamento de todos os atrasos pendentes com os bancos comerciais e os fornecedores privados.

Em 2001, o rácio da dívida externa relativamente ao PIB foi de 146 por cento (ver Figure 3-6), embora tenha sido reduzido subsequentemente em resultado do crescimento estável da economia e dos elevados preços do petróleo. O rácio da dívida externa em relação ao PIB registou um decréscimo de 81,3 por cento no fim de 2002 para 48,6 por cento no fim de 2004.

As exportações de Angola de bens e serviços são dominadas pelo sector do petróleo (mais de 90 por cento das exportações totais), de modo que o rácio do serviço da dívida externa em relação às exportações desceu de 40 por cento, em 2002, para 23,4 por cento, estimados em 2004, abaixo do limiar da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).

Figura 3-6: Dívida externa e serviço da dívida



A quota relativamente modesta de juros sobre a dívida interna dos gastos públicos (ver Figura 3-6) é um resultado da prática histórica.

No que diz respeito à dívida interna, o défice da balança do passado foi coberto através da emissão de moeda no vazio e o *stock* de títulos da dívida é quase inexistente. Contudo, há um problema da dívida interna visto que o governo não pagou os bens e serviços adquiridos das empresas estatais e privadas durante muitos anos. Não existe uma estimativa exacta do montante devido, visto que os arquivos públicos, especialmente nas zonas rurais, foram destruídos durante a guerra. Por outro lado, os credores não podem apresentar justificativos das contas que apresentam, visto que não têm mais que promessas verbais de alguns funcionários do governo.

Perspectivas da dívida pública

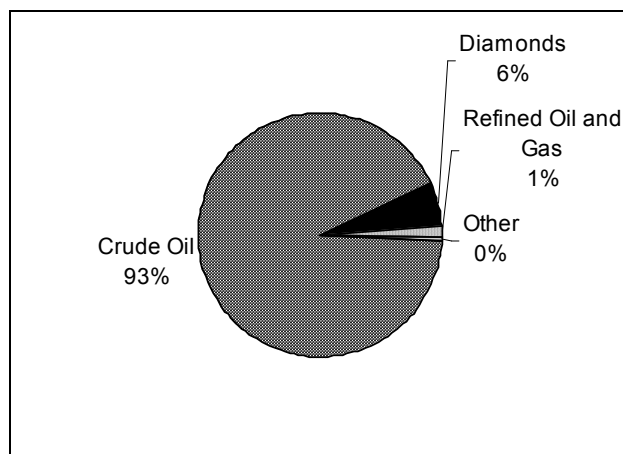
As recentes alterações positivas no preço do petróleo tem reduzido substancialmente o tamanho da dívida externa de Angola em relação ao PIB e às exportações. Contudo, o problema da dívida de Angola está na sua própria estrutura, de grande dependência em empréstimos garantidos pelo petróleo, a curto prazo, mas muito dispendiosos o que aprofunda a vulnerabilidade externa do país aos voláteis preços do petróleo internacionalmente. O compromisso do país de procurar grandes empréstimos garantidos pelo petróleo enfraquece a sua posição externa. Tipicamente, tais empréstimos têm de ser pagos num prazo de um a quatro anos, e o custo é cerca de 2,25-2,5 por cento acima da taxa de referência *Libor*. A posição externa de Angola é vulnerável aos choques registados no mercado petrolífero internacional e pode ter de enfrentar problemas de liquidez se os preços do petróleo caírem subitamente.

No que diz respeito à dívida interna, o Governo está empenhado em manter, a médio prazo, um excedente orçamental primário a fim de conter a dívida interna e de resolver o *stock* da dívida privada de modo sustentável e equitativo. O Governo está a trabalhar no programa para emitir dívidas a médio prazo (1 a 7 anos) de modo a superar a dívida privada interna. Algumas das preocupações têm origem no federalismo fiscal que poderá atenuar a disciplina fiscal e pôr em risco a estabilidade fiscal, levando ao acumular da dívida interna. Isto acontece porque a gestão fiscal, a planificação, a monitorização e o controlo efectivos orçamentais ainda são muito fracos.

3.1.4 A Conta Corrente da Balança de Pagamentos

Angola possui um enorme potencial de exportações em consequência da riqueza do país em termos dos recursos naturais (agricultura, produção de electricidade, etc.), metais preciosos e petróleo. Contudo, nenhuma destas fontes está explorada em pleno, com excepção do petróleo.

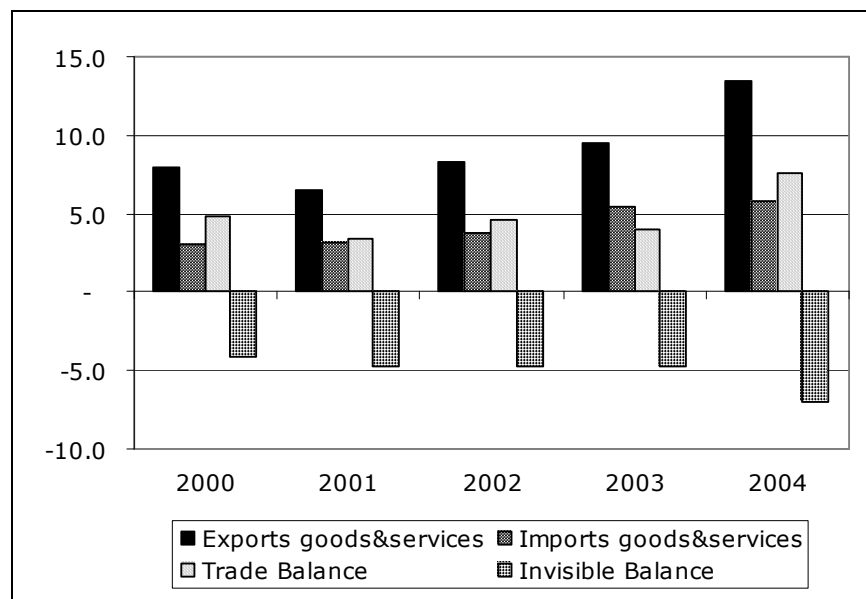
Figura 3-7: Estrutura das Exportações em 2004



Em 2004, o petróleo bruto contribuía com 93% para as exportações totais (Figura 3-7), seguido pelos diamantes (6 por cento); as contribuições de outros sectores foram nulas. O valor das exportações aumentou em 70 por cento no período de 2000-2004, impelido pelo crescimento da produção do petróleo (+34 por cento) e pelo aumento do seu preço (+33 por cento). O volume do sector diamantífero expandiu em 41 por cento, mas os preços dos diamantes registaram um decréscimo de 25 por cento. No mesmo período, as importações que eram dominadas por artigos de consumo, aumentaram em 91 por cento.

A balança comercial foi positiva durante todo o período, apesar do facto de que o aumento das importações foi mais rápido do que o das exportações, (Figura 3-8). O excedente comercial global registou um acréscimo do montante de US\$1.5 bilhões em 1998 para US\$7,6 bilhões em 2004, impulsionado pelo aumento do volume de produção de petróleo e pelo preço do petróleo. Esta situação deve perdurar e Angola não terá de enfrentar problemas de défice nas sua balança comercial.

Figura 3-8: Balança comercial visível e invisível



Exportação de bens e serviços

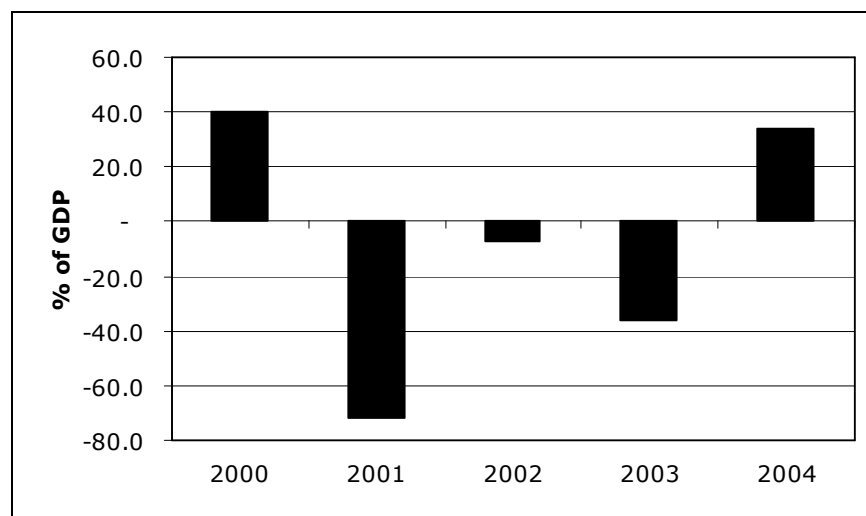
Importações de bens e serviços

Balança comercial

Balança invisível

Não obstante o superávit da balança comercial, a conta corrente tem estado em défice desde 1988. Este facto é atribuído a grandes défices invisíveis (Figura 3-8), principalmente aos juros sobre a dívida externa, transferência de lucros e dividendos das companhias petrolíferas, pagamentos de transporte terrestre e marítimo, orçamentos para deslocações oficiais, contratos com empresas de construção estrangeiras, e saídas de capitais não oficiais e/ou ilegais.

Figura 3-9: Balança corrente



A assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) decresceu durante alguns anos, de US\$388 milhões em 1999 para US\$268 milhões em 2001, reflectindo não só a situação de guerra e as políticas inadequadas do Governo, como também a crença de que o país devia usar mais dos seus enormes recursos petrolíferos para financiar as necessidades internas. Desde 2003, a ODA aumentou, alcançando US\$1,1 bilhões, maioritariamente para apoio ao reassentamento dos quatro milhões de pessoas deslocadas no país; contudo, muitos grupos mantêm que a ajuda estrangeira substituiu e não complementou o financiamento dos sectores sociais pelo Governo. Muitos doadores bilaterais canalizaram, agora, a sua assistência para as agências das Nações Unidas.

No respeitante ao investimento directo estrangeiro (FDI), em 2003, de acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Angola era o segundo maior recipiente de FDI na África sub-saariana; quase todos os investimentos eram direccionados ao sector petrolífero de capital intensivo. No mesmo ano, o Fórum Económico Mundial, colocava Angola no 95º lugar entre 95 países na sua classificação de competitividade; em Angola leva-se em média 146 dias para se dar início a um negócio.

A saída de fundos para a amortização da dívida externa, em média de US\$2 bilhões anualmente, entre 1998-2004, foi compensada pelo influxo de investimentos do petróleo, que dependia do preço do petróleo. Portanto, a balança de capital flutuou entre o défice e o excedente. No passado, a acumulação de pagamentos pendentes foi a maneira mais comum de financiar os défices da balança de pagamentos. A negociação da dívida com os credores interrompeu esta prática, mas se o preço do petróleo baixar subitamente esta poderia ser a única solução viável.

Perspectivas da Conta Corrente da Balança de Pagamentos

Com uma maior produção petrolífera planeada, em vista das recentes descobertas, e com o preço do petróleo a não cair subitamente devido à forte procura internacional, espera-se que o valor das exportações aumente. Prevê-se que as receitas das exportações que subiram de US\$8,3 bilhões em 2002 para US\$12,6 bilhões em 2004, atinjam US\$18 bilhões em 2006, e que mantenham esta tendência positiva, devido principalmente ao acréscimo da produção do petróleo. As importações também aumentarão bastante em resultado do forte crescimento económico, da maior disponibilidade de receitas em divisas e da reconstrução das infra-estruturas muito necessárias. O valor das importações aumentou de US\$3,8 bilhões em 2002 para US\$5,8 bilhões em 2004 e para um valor estimado em US\$7,2 bilhões em 2006. No total, o excedente comercial persistirá a médio prazo até 2008.

O saldo invisível, pelo contrário, continuará em défice. O enorme défice em serviços, causado pela importação de serviços conexos ao sector petrolífero e pelos pagamentos a empresas estrangeiras para os projectos de reconstrução, persistirão no futuro. Além disto, a conta de receitas continuará a registar um défice pois as empresas estrangeiras irão repatriar os seus lucros. A redução do serviço da dívida e das subvenções, devido ao acesso limitado do apoio de doadores a Angola, não assistirá a balança de pagamentos actual e geral, visto que o influxo de capital é caracterizado por um baixo nível de subvenções e pelo cancelamento da dívida. Contudo, o excedente enorme na balança comercial, anulará os défices e a conta corrente registará um excedente moderado.

A balança de pagamentos de Angola está dependente, estruturalmente, do sector petrolífero e está sujeita a tendências imprevisíveis dos mercados internacionais. A longo prazo, o excedente comercial será mais estável se o país puder diversificar a sua estrutura de exportações, mas a moeda nacional, o kwanza, sobrevalorizada, limita a competitividade dos produtos Angolanos. Até 2008, o indicador da conta corrente concretizará a meta da SADC.

3.2 Outros Indicadores

As quatro variáveis económicas discutidas acima são indicadores da estabilidade macroeconómica do país, enquanto as que se seguem referem-se às condições para se concretizar o crescimento económico sustentável. O paradigma económico dominante mantém que um ambiente macroeconómico estável, um programa de privatização da economia e a liberalização de todos os mercados, especialmente do mercado financeiro e de trabalho, darão início a um ciclo que impulsionará a economia. Esta filosofia económica informa tanto o Protocolo de Finanças e Investimento como o RISDP.

3.2.1 Crescimento Económico

O declínio económico de Angola depois da Independência é explicado por três factores:

- a abordagem Marxista adoptada para governo o país;
- a Guerra civil prolongada;
- o processo de transição para uma economia do mercado, mal concebido e implementado.

Durante uma década depois da Independência, Angola adoptou um modelo de planeamento central marxista, envolvendo-se num enorme programa de nacionalizações em todos os sectores da economia, e viu-se enredada no cenário internacional da guerra fria

porque era aliada dos países do Bloco de Leste. No início, os exércitos estrangeiros estiveram envolvidos directamente no conflito: os Cubanos por um lado, os Sul Africanos pelo outro. Quando a guerra fria terminou, ambos os lados puderam financiar a guerra usando os recursos naturais para comprar as armas no mercado internacional: o MPLA usando as receitas do petróleo, e a UNITA vendendo diamantes. A transição de uma economia socialista para um economia de mercado teve início em 1987 mas o processo foi caótico, especialmente no que diz respeito à privatização: a falta de compromisso político para com a estabilização da economia e para com a introdução de mais transparência fez com que as relações com as instituições de Bretton Woods fossem muito tensas e levaram o governo a abandonar dois programas monitorizados por funcionários do FMI. Como resultado, a economia de Angola entrou numa longa fase de recessão e o crescimento médio anual no período de 1975-2003 foi -1.1%. Todos os sectores da economia foram afectados, com excepção do sector petrolífero.

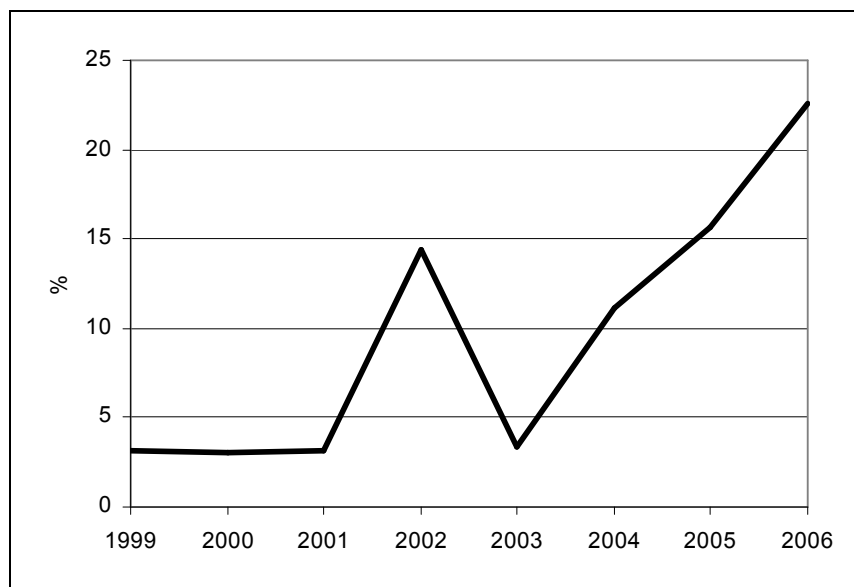
A economia de Angola depende enormemente do sector petrolífero que está a expandir a sua produção, visto que novos depósitos petrolíferos estão a dar início à produção e foram adjudicadas novas concessões. Por outro lado, Angola é o quarto maior produtor de diamantes a nível mundial, a maioria de depósitos fluviais, e os diamantes de Angola são considerados como sendo de alta qualidade. Os depósitos diamantíferos mais ricos estão concentrados no nordeste do país e, em menor grau, nas zonas centrais e sul do país.

Por várias razões os sectores não mineiros de Angola sofreram sérios problemas e estão a operar a uma fracção dos níveis de produção antes da independência. A Guerra e a deslocação maciça da população afectaram seriamente a produção agrícola. Só 3% da terra fértil total (estimada entre 5 a 8 milhões de hectares) são cultivados, e Angola, que foi auto-suficiente em termos das culturas básicas (milho, mandioca e mapira/sorgo) viu-se a braços com um enorme défice alimentar, necessitando de assistência humanitária através do Programa Alimentar Mundial (PAM) e importando 50 por cento dos seus requisitos alimentares.

O sector da indústria transformadora quase que teve a produção estagnada. Em 1999, menos de 3 por cento da capacidade antes da independência estava operacional. Este sector, que antes da guerra civil contribuía com 18 por cento do PIB, está agora a contribuir com menos de 4.0 por cento. A produção está concentrada, principalmente, na indústria leve (alimentos, bebidas e têxteis) enquanto a indústria pesada opera a níveis de baixa capacidade ou não opera de todo. O Governo está empenhado na reabilitação das infra-estruturas, especialmente das estradas, e esta actividade, conjuntamente com a reabilitação do sector residencial em Luanda, impulsionou o sector da construção.

O crescimento real do PIB (ver Figura 3-10) tem flutuado, dependendo do volume da produção petrolífera. A taxa de crescimento desceu em 2003, devido ao declínio dos depósitos petrolíferos maduros, mas recuperou em 2004, quando novos depósitos petrolíferos ficaram operacionais.

Figura 3-10: Crescimento económico



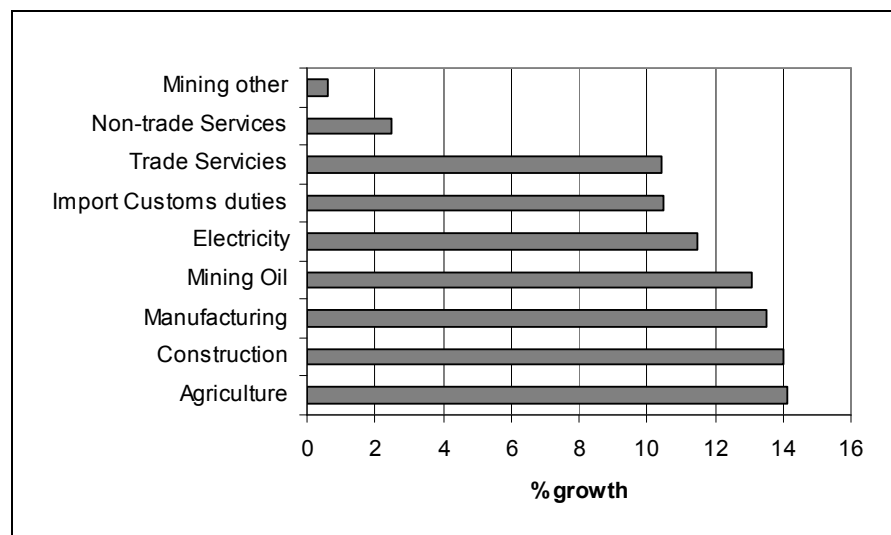
Em 2004, o sector petrolífero cresceu em 13,1 por cento e projecta-se que a produção petrolífera aumente, no futuro, quando novos depósitos de petróleo forem desenvolvidos em resultado das recentes descobertas. Em 2004, a produção foi de 1,1 milhão de barris por dia. Ultrapassará os 2 milhões de barris por dia, durante 2007, e será 90 por cento acima dos níveis de 2005, em 2010. Isto significaria taxas anuais de crescimento do PIB superior a 13 por cento entre 2007 e 2010. A produção diamantífera em 2003, alcançou 6 milhões de carates, no valor de US\$788 milhões, contribuindo com 95 por cento das exportação não petrolíferas.

O sector agrícola cresceu em 14,1 por cento em 2004, devido principalmente ao acréscimo da produção tradicional e em pequena escala. Contudo, o sector de exportação não está a crescer. No passado, Angola era o quarto maior produtor de café, mas agora está atrás de outros produtores internacionais devido aos grandes investimentos necessários para a reabilitação das culturas. (As actuais tendências do mercado internacional favorecem o café tipo *Arabica* enquanto Angola ainda está a usar *Robusta*). Por outro lado, o Kwanza sobrevalorizado faz com que os produtos Angolanos não sejam competitivos.

O sector da indústria transformadora cresceu em 13,5 por cento, mas, como indicado anteriormente, a produção concentra-se na

indústria leve. As razões principais da recuperação lenta do sector são a falta de investimento para modernização, a baixa procura interna, e as dificuldades encontradas em termos do acesso ao crédito, visto que as empresas estatais tiram o lugar ao sector privado. O governo está, actualmente, envolvido na criação de um ambiente conducente aos investidores privados nacionais e estrangeiros, e na redução gradual da presença estatal na economia, mas a implementação das reformas é lenta. O Ministério da Indústria estabeleceu um plano estratégico para o período de 2001 a 2010, definindo as áreas prioritárias de intervenção (quatro eixos) e os programas para a reabilitação das infra-estruturas, para a reconstrução do capital humano e para apoio ao sector privado. A privatização não é uma primeira prioridade e será concretizada gradualmente a fim de evitar os erros do passado.

Figura 3-11: Crescimento Económico por Sector



Fonte: DNEP: Minplan

A reabilitação das infra-estruturas e dos edifícios residenciais tem sustido o sector de construção, que expandiu em 14 por cento em 2004. O sector de serviços expandiu a uma taxa modesta de 2,5 por cento impulsionado pelo lançamento do Segundo operador de telemóveis.

A pandemia de HIV tem um impacto negativo no crescimento da economia. Não existem estatísticas fidedignas sobre a magnitude da doença. As estimativas oficiais apontam para 350.000 pessoas infectadas, dando um taxa de prevalência de 5,7 por cento, muito abaixo das taxas da Região (9 por cento). Contudo, o governo reconhece que a guerra e a pobreza, aumentaram certamente a vulnerabilidade da população à pandemia do VHI e o índice de incidência pode ser mais elevado. Estudos recentes estimam um aumento na prevalência que pode atingir entre 12,5 a 18 por cento

em 2010, o que significa que o número de seropositivos podia aumentar para entre 1,2 a 1,5 milhões em 2010.

Angola alcançará a meta de crescimento estipulada no RISDP mas o grande desafio que o Governo tem de superar será a diversificação da economia que, presentemente, está altamente dependente da produção petrolífera.

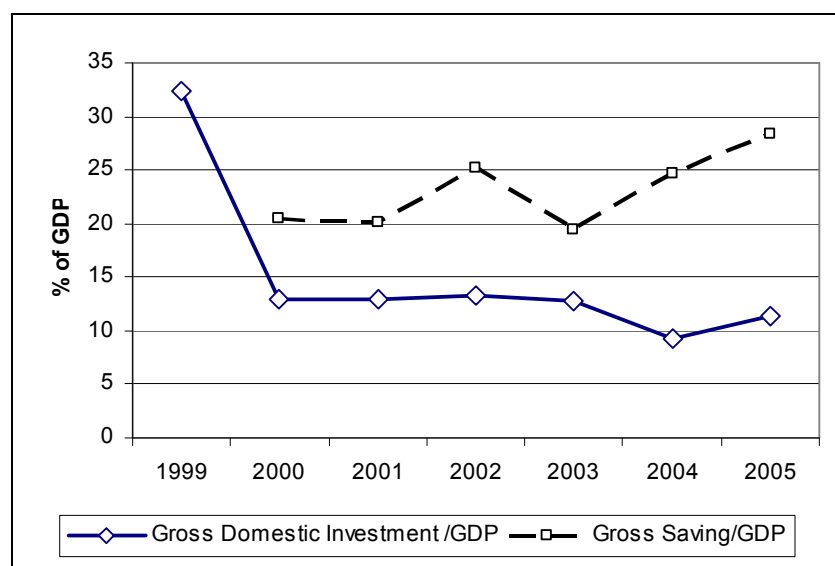
3.2.2 Poupanças e Investimento

O rácio de investimento em relação ao PIB tem registado uma tendência decrescente (ver Figura 14), com uma descida dramática no fim da década, embora esta tendência possa ser simplesmente o resultado da quase inexistência de dados estatísticos. Desde 2000, a taxa de investimento tem estado estável em cerca de 13 por cento. O baixo rácio de investimento reflecte o papel limitado que o sector privado tem tido na economia ainda dominada pelo estado.

Em 2000 as poupanças internas brutas alcançaram 20 por cento do PIB e seis anos mais tarde ascenderam a 28 por cento, uma taxa relativamente elevada para a África subsaariana. Isto pode reflectir a distribuição desigual das receitas, referida anteriormente.

De um modo geral, considera-se que é provável que Angola alcance a meta definida no RISDP para poupanças. Contudo, a concretização da meta de investimentos dependerá da expansão do programa projectado de investimento em Infra-estruturas, e da recuperação do sector privado.

Figura 3-12: Poupanças e Investimento



Fonte: Economist Intelligence Unit e Indicadores do Banco Mundial

3.2.3 Empréstimos do Banco Nacional de Angola (Banco Central) ao Governo

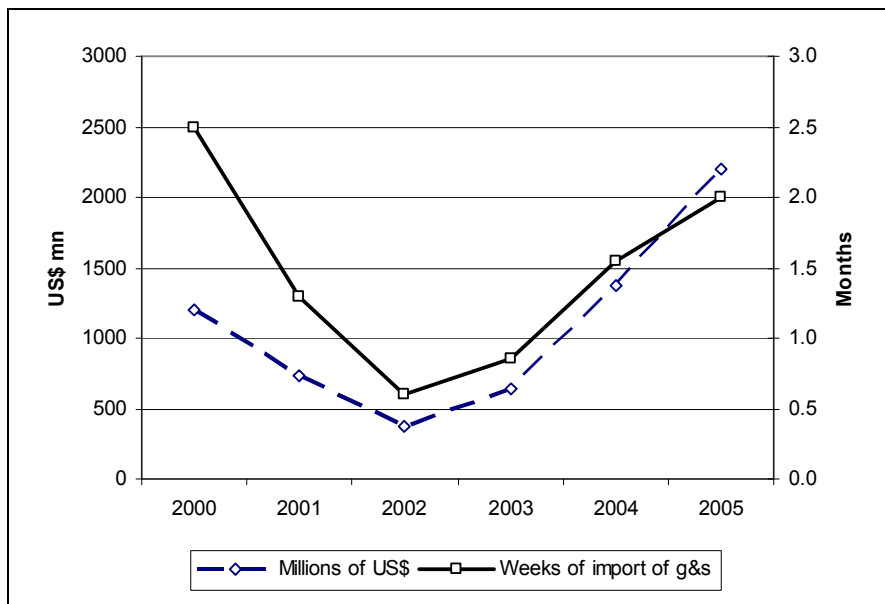
Os estatutos do Banco Nacional de Angola limitam o direito do governo financiar o défice fiscal através da criação de moeda a 10 por cento das receitas recolhidas pelo governo no ano anterior. O governo já introduziu os instrumentos financeiros que irão permitir financiar o défice, mas a sua fonte principal de financiamento para a gestão do défice permanece o financiamento externo que financiará o défice orçamental de 2006 estimado em Kw256 bilhões. A Sonangol lançou a primeira emissão de títulos do tesouro em meados de 2005, como o primeiro passo para substituir os dispendiosos empréstimos baseados no petróleo com o financiamento potencialmente mais barato através da emissão de títulos, e como uma maneira de circundar as condicionalidades do FMI na concretização dos seus objectivos económicos. Contudo, Angola está consciente de que o insucesso em alcançar um acordo com o FMI enviará um sinal negativo aos investidores potenciais e dificultará o sucesso da operação, obrigando o país a voltar aos dispendiosos empréstimos baseados no petróleo. A missão do FMI em 2005 atenuou o tom do conflito, reconhecendo que alguns resultados importantes tinham sido alcançados na área da transparência e da gestão da economia. Embora as relações ainda não sejam as melhores, isto é um sinal importante para a comunidade internacional.

Até 2008, Angola deve cumprir as recomendações do RISDP relativamente aos empréstimos do Banco Nacional de Angola ao governo.

3.2.4 Reservas de Divisas

Em resultado dos preços do petróleo, Angola tem registado um crescimento abrupto das reservas cambiais, embora o aumento tenha sido atenuado pela política cambial do “Kwanza forte”. Apesar das vendas substanciais de divisas pelo Banco Nacional de Angola, estima-se que as reservas cambiais brutas tenham aumentado de US\$0.4 bilhões, no fim de 2002, para cerca de US\$2.2 bilhões, no fim de 2004 (dois meses de importações), incluindo um montante estimado em US\$660 milhões em contas em divisas, administradas pela Sonangol em nome do governo.

Figura 3-13: Reservas Externas



Em 2002, as reservas cobriam somente 2 semanas e meia de importações, mas desde então a situação tem registado uma melhoria. Não se fizeram projecções formais para 2008, mas o aumento esperado na produção petrolífera, bem como a continuação de preços elevados do petróleo, permitem que Angola alcance a meta recomendada da SADC.

4 PERSPECTIVAS PARA SE ALCANÇAR AS METAS MACROECONÓMICAS E AS REFORMAS NECESSÁRIAS

O acordo de paz de Angola está sujeito a riscos potenciais relacionados com a estabilidade da situação pós-guerra. O MPLA está a procurar consolidar a sua hegemonia política, ao mesmo tempo que a assistência para a reintegração dos soldados da UNITA no exército nacional parece inadequada. Não existem condições políticas visíveis que sugiram um retorno à Guerra civil, mas o risco de que alguns soldados caiam em actos de banditismo, trazendo consigo uma situação de insegurança que pode desencorajar investidores potenciais. Um bom teste da estabilidade do ambiente político serão as próximas eleições agendadas para 2007, e embora o MPLA deva ganhar as eleições, será importante avaliar a qualidade dos novos políticos visto que está para ter lugar uma mudança de gerações.

O Governo formulou um plano estratégico de desenvolvimento, “Estratégia de Combate à Pobreza de 2003”, que é implementado através de programas económicos anuais. Espera-se que o governo estabeleça um plano económico estratégico a médio prazo, no ano que vem. No seu Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006 as prioridades estão definidas, do modo seguinte:

- Sustentar o crescimento e criar as oportunidades económicas para os pobres;
- Capacitar os recursos humanos; e
- Incrementar a transparência e a responsabilização/prestação de contas.

Contudo, para alcançar estas metas, a prioridade é garantir a manutenção da segurança e de um ambiente pacífico para a população e para a reabilitação das instituições públicas de que a população pode depender. No lado económico a prioridade do governo é continuar a executar o seu programa económico, concentrando-se num *número limitado de reformas* a fim de garantir uma implementação efectiva.

4.1 Perspectivas de Angola alcançar as metas de Convergência Macroeconómica da SADC

Angola, como indicado acima, não possui projecções fiáveis dos indicadores da SADC para além de 2006 e, por outro lado, tem um problema enorme relativamente à recolha e ao registo de estatísticas. O Instituto Nacional de Estatística (INE) não funciona há décadas, os arquivos foram destruídos, a atitude sigilosa adoptada

durante o período socialista quando as estatísticas eram usadas mais como propaganda do que como uma ferramenta analítica ainda está presente. A reconstrução do INE, e a adopção de novas metodologias que ofereçam dados fiáveis e consistentes, é uma prioridade absoluta para o país. O INE devia receber apoio financeiro suficiente para produzir dados fiáveis, e devia gozar de uma ampla autonomia operacional, uma condição necessária para se alcançar a transparência e a prestação de contas pelo desempenho público e governamental.

Foi alcançado algum progresso na estabilização da economia, como reflectido na Tabela 4, mas muito pouco pode ser dito em relação ao futuro. Como notado anteriormente, o parlamento discutirá o plano económico a médio prazo depois das eleições agendadas para o início de 2008. É uma expectativa comum que o plano inclua as metas de convergência da SADC como referência.

O sucesso mais notável de Angola foi a redução da taxa de inflação de três dígitos em 2002 (108,9 por cento) para dois dígitos (15,7 por cento) em 2005, e o Banco Nacional de Angola está empenhado em baixar esta taxa para um dígito até 2008, em linha com a meta da SADC. A redução da inflação foi alcançada através da política do “Kwanza forte” o que, por sua vez, foi possível pelos elevados preços do petróleo no mercado internacional. Embora esta política ajude a conter a inflação dos preços nas previsões até 2008, existe alguma preocupação resultante do aumento da oferta de moeda, que, até ao fim de 2005, subiu em 60 por cento em comparação com o ano anterior. O aumento da oferta de moeda resultaria em despesas estatais enormes e não habituais no fim do ano e quase duplicaria as despesas orçamentadas em 2006. Sem um controlo estrito do orçamento, mesmo a política do “kwanza forte” não terá sucesso em manter a inflação nos níveis projectados.

Tabela 4-1: Indicadores de Convergência em Angola

	2005	2006	2007	2008	Meta da SADC (2008)
Metas de FIP					
Inflação	15.7	10			<9.5%
Balanço orçamental incluindo subvenções % (PIB)	3	-8.1			>- 5%
Balanço orçamental excluindo subvenções (% PIB)	+3	-7.8			>- 5%
Dívida (% PIB)	37.6	28			<60%
Conta corrente incluindo subvenções (% PIB)	3	-8.1			>- 9%
Conta corrente excl.	2.7	-7.8			>-9%

Subvenções (% PIB)					
Metas do RISDP					
Crescimento Económico	15.5	27.9			> 7%
<i>Poupança nacional</i>	28.4	12,3			> 25%
<i>Poupança interna</i>					>25%
<i>Investimento</i>	21,5	20,2			> 30 %
<i>Cobertura de importações</i>	1.8	2.1			> 3 meses
Crédito do Banco Central ao Governo	10	10	0	0	< 10 %

O balanço fiscal de Angola passou a excedente em 2005 (+3 por cento do PIB), pela primeira vez em mais de uma década, em resultado das receitas do petróleo. As receitas do petróleo que subiram de US\$5,6 bilhões em 2004 para US\$10,6 bilhões em 2005, devem subir novamente quando os novos depósitos de petróleo derem início à produção. Aproveitando-se da prosperidade do petróleo, o governo quase que duplicou as despesas orçamentadas para 2006, para US\$23 bilhões, o equivalente a 64 por cento do PIB, a taxa mais elevada do mundo. Levantam-se algumas preocupações derivadas da capacidade do governo para executar todos os seus planos de despesas visto que no passado o governo não conseguiu executar nada mais do que uma porção das despesas projectadas. Por outro lado existe a preocupação relativa à capacidade da economia poder absorver um tal aumento de despesas de capital. A sustentabilidade orçamental jaz nos elevados preços do petróleo e, portanto, uma queda súbita desses preços, combinada com os planos ambiciosos de despesas do governo, poderiam criar uma crise fiscal e pôr em perigo o plano de desenvolvimento do governo.

O desempenho do crescimento de Angola é, igualmente, impressionante; a taxa de crescimento da economia está muito acima das metas da SADC e espera-se que continue a este nível elevado de curto a médio prazo. Contudo, é necessário que se empreendam algumas reformas estruturais se se quiser que o país se liberte da dependência do sector petrolífero e impulsione a diversificação da economia.

Finalmente, é necessário melhorar a produção de dados quantitativos. A interpretação das estatísticas macroeconómicas é, por vezes, confusa quando se consultam várias fontes. A falta de exactidão dos dados pode prejudicar as conclusões relativamente à concretização das metas.

4.2 Agenda da Reforma Macroeconómica

Angola não aderiu a um programa do FMI, pelo contrário, desenvolveu a sua própria estratégia que teve resultados positivos em restabelecer um nível aceitável de disciplina fiscal e financeira, e

em conter a inflação. O sucesso do programa macroeconómico permitiu que Angola melhorasse o seu relacionamento com as instituições de Bretton Woods, uma condição necessária para recuperar a confiança da comunidade internacional. Embora os desafios macroeconómicos que Angola enfrenta permaneçam imensos, a base para os superar é sólida. O crescimento económico de Angola permanece ainda no sector petrolífero de capital intensivo, com poucos elos com o resto da economia, mas tem um potencial enorme em todos os sectores incluindo o sector agrícola. Os desafios que Angola enfrenta no futuro são:

- a provisão de serviços públicos à população, actualmente reduzidos a zero;
- a reabilitação das infra-estruturas destruídas;
- a diversificação da economia;
- o combate ao HIV/SIDA; e
- o alívio da pobreza geral.

Para concretizar estes objectivos, o governo teve de conceber uma estratégia apropriada de desenvolvimento que superasse os estrangimentos estruturais para acelerar o crescimento da economia.

4.1.1 Crescimento Económico

A fim de alcançar um crescimento sustentado, Angola deve diversificar a economia para utilizar todo o potencial que os seus recursos oferecem. O sector petrolífero será o sector dominante a médio prazo, mas tem pouco impacto directo na criação de postos de trabalho. Presentemente, o sector emprega cerca de 10 000 trabalhadores, dos quais muitos são estrangeiros. Contudo, o sector precisa de se tornar mais transparente. A Sonangol, a empresa nacional estatal, concessionária, parceira accionista e reguladora do sector do petróleo tem 30 subsidiárias nas áreas da indústria transformadora, transportes, telecomunicações, e bancária, bem como uma participação em regime de co-emprego (*joint venture*) com companhias petrolíferas e firmas de serviços petrolíferos e tornou-se um actor interveniente poderoso no cenário político. A Sonangol tem o acesso único ao capital subsidiado e elos especiais com o poder político o que faz com que seja difícil que outras firmas possam competir com as suas subsidiárias.

A agricultura em Angola possui um potencial impressionante devido às boas condições climáticas favoráveis à produção agrícola e a uma variedade de ecossistemas. Antes da Independência, Angola era auto-suficiente em produção alimentar e era, igualmente, um produtor significativo de culturas de rendimento. Era o quarto maior

exportador de café, empregando 200 000 pessoas, e era o terceiro maior produtor de sisal. A reabilitação do sector, uma prioridade no programa do governo, terá um enorme impacto no bem estar da população e no alívio da pobreza. O processo de privatização dos anos 90 resultou numa grande concentração de terra nas mãos de apenas uns poucos, habitualmente com ligações com o partido no poder, o que cria um conflito entre os donos das terras ausentes e a população local com direitos históricos e tradicionais. A chegada da paz agudizou o conflito visto que muitas pessoas deslocadas regressaram aos seus locais de origem, e enfrentam a realidade de que as terras que costumavam lavar são agora propriedade de outros. O governo promulgou uma nova lei da terra que é considerada por muitas organizações governamentais como favorecendo os interesses adquiridos à custa da comunidade local existente, e, em particular, os pobres. No futuro, isto pode ser uma questão potencialmente explosiva, com fortes conotações políticas e étnicas.

Algumas pequenas empresas estatais que gozam de benefícios e de protecção pautal dominam o sector da indústria transformadora. O anterior processo de privatização envolveu várias empresas paraestatais não lucrativas que foram, por vezes, vendidas a pessoas sem capacidade técnica e financeira para as administrar o que resultou, em muitos casos, no encerramento das empresas e no despedimento dos trabalhadores. É necessária uma política mais consistente e racional de privatização para que o sector desempenhe o papel que o governo lhe atribuiu na sua estratégia de desenvolvimento. O sector privado enfrenta alguns problemas estruturais que fazem com que seja difícil que operar no mercado e o governo precisa de abordar esta questão. O sistema judiciário é muito lento a resolver os conflitos entre os vários actores intervenientes na economia de Angola. Em parte, isto é consequência da rotura do sistema judiciário, mas também é resultado de uma legislação antiquada e ineficiente, cujas raízes estão ainda no sistema colonial. O sistema bancário é bastante desenvolvido e privatizado. Existem bancos comerciais em todas as províncias, apoiados pelo incentivo do banco central aos bancos comerciais para que abram sucursais nas províncias. Contudo, a presença notória do estado no sector económico e o influxo de grandes investidores internacionais deixa pouco espaço para os pequenos empresários privados, que verificam haver poucos fundos disponíveis, muitas vezes a juros muito elevados. O sector financeiro de Angola é pequeno demais e os instrumentos financeiros não são suficientes para satisfazer as necessidades do sector privado. As más condições das infra-estruturas físicas do país aumentam as despesas de funcionamento no processo produtivo. A fim de incrementar o sector produtivo privado, o governo tem de elaborar uma política abrangente de apoio aos pequenos e médios

empresários, dando início ao desmantelamento dos monopólios estatais.

Têm de ser empreendidas profundas reformas estruturais e são necessários investimentos enormes para a reabilitação dos sectores produtivos. As reformas devem ser direccionadas a:

- Reforçar a estabilidade macroeconómica e a disciplina fiscal;
- Melhorar a gestão da despesa pública;
- Criar um ambiente conducente a negócios;
- Criar uma gestão transparente dos recursos petrolíferos;
- Reactivar o sector agrícola.

Preliminar a qualquer destas intervenções é o melhoramento das questões de administração pública, tais como a transparência e a prestação de contas públicas.

A. Melhorar a administração pública

- Garantir o estado de direito, reconstruir o sistema judiciário e actualizar a legislação;
- Implementar uma política contra a corrupção e de protecção contra a fraude;
- Restabelecer um departamento de estatística autónomo.

B Reforçar a gestão macroeconómica

Fiscal

- Reforçar e reformar as agências de administração fiscal de modo a que possam exercer a recolha eficaz de impostos.
- Reformar as normas fiscais de modo a simplificar o sistema de finanças e para que a recolha de receitas seja mais efectiva.
- Reforçar o controlo e a monitorização das despesas, implementando o SIGFE.
- Melhorar o controlo fiscal nas províncias do país visto que Angola tem um sistema fiscal que é baseado no federalismo fiscal.

Monetária

- Incrementar a confiança do público na moeda nacional: controlando a inflação e eliminando o Mercado negro de divisas.

- Reforçar os instrumentos da política monetária, introduzindo instrumentos mais apropriados e desenvolvendo os mercados monetários.
- Aprofundar os sistemas intermediários financeiros e desenvolver a banca rural; o banco central deve continuar a reforçar a supervisão bancária, estabelecendo as normas para manter o sistema financeiro sólido e fiável para os negócios.
- Criar incentivos para a poupança em kwanzas, fazendo com que os juros reais dos depósitos em kwanzas sejam positivos.
- A autonomia do Banco Central

C Melhorar a eficiência económica em apoio ao crescimento guiado pelo sector privado

Ambiente de Negócios

- Criar um enquadramento jurídico em apoio à concorrência; melhorar as normas comerciais existentes e os tribunais para a resolução de litígios;
- Introduzir novos instrumentos financeiros de modo a satisfazer as necessidades financeiras do sector privado.
- Investir em infra-estruturas físicas.
- Fasear adequadamente a abertura dos mercados às importações (os custos de produção da maioria dos produtores locais são muito elevados).
- Permitir que o câmbio seja determinado pelo mercado.
- Fasear o programa de privatização a fim de maximizar os ganhos pela sociedade e não só pelos novos donos.

Agricultura

- Apoiar a agricultura, a comercialização de produtos agrícolas e o crédito rural.
- Reabilitar a rede rodoviária rural e os mercados locais.
- Apoiar a comercialização e a transformação do sector agrícola e dos seus produtos.
- Formular uma política equitativa para os títulos da terra futuros em favor da comunidade local e dos agregados familiares.

O objectivo de Angola é alcançar um crescimento sustentado e equitativo, não só no sector petrolífero como numa variedade de

actividades económicas para a população inteira. Para o efeito, é dada prioridade ao sector agrícola, de que dependem dois terços da população.

As grandes empresas estatais permanecem em todos os sectores produtivos numa posição de monopólio ou quase monopólio. O sector privado é relativamente pequeno – desenvolvido e envolvido, geralmente, na indústria leve. No domínio das actividades diárias e de subsistência predomina um sector informal crescente.

O programa do governo reconhece que o sector privado pode impulsionar o crescimento e a diversificação da economia. Contudo, o governo faseou a transição da economia centralizada para a economia do mercado a fim de evitar a venda precipitada de empresas estatais que na experiência anterior tinham resultado em desastre. A prioridade de Angola é melhorar a eficiência das empresas estatais e a transparência da sua administração, adiando a questão da privatização para uma fase posterior, deixando ao governo, e em menor grau ao Mercado, a tarefa de distribuir por todos os benefícios do crescimento económico. O programa do governo prevê, explicitamente, que não é possível reduzir a pobreza sem crescimento; mas o crescimento por si só não traz, necessariamente, vantagens para alguém. Esta é a razão porque a privatização das empresas estatais terá lugar paulatinamente. O que foi dito é o lado positivo da moeda. Um parecer oposto é sobre os interesses adquiridos resultantes da economia nacionalizada ao nível de gestão e político, e sobre a resistência a qualquer mudança na estrutura do poder económico.

4.1.2 Reformas do Orçamento do Estado

Envidaram-se esforços para melhorar a gestão fiscal e para estabelecer a credibilidade dos processos orçamentais, mas o controlo do défice orçamental resulta mais do grande influxo de receitas do petróleo do que de uma disciplina fiscal real.

No lado das despesas, estão a ser implementadas as iniciativas que mantenham as operações quase-fiscais da Sonangol e Endiama sob controlo, de modo a evitar pagamentos por despesas não registadas e a cortar os subsídios. O Tesouro e o Banco Nacional de Angola (BNA) acordaram que todos os pagamentos devem ter as correspondentes ordens de pagamento comprovativas em nome do governo a fim de evitar despesas não orçamentadas e não autorizadas. O governo está a cortar os subsídios, ajustando as tarifas de água e electricidade, bem como os preços da gasolina para que fiquem alinhados com os custos de produção. A iniciativa para que as operações quase-fiscais das empresas estatais fiquem sob controlo, inclui o estabelecimento de um plano mensal de *cash flow* (fluxo de caixa) com as despesas dependentes da disponibilidade dos recursos (execução com base no numerário).

No lado das receitas, a primeira iniciativa consistiu na redução da fraude aduaneira, através de um contrato celebrado com *Crown Agents* para que modernizassem a administração aduaneira e melhorassem a transparência na recolha de direitos aduaneiros. Em geral, ao nível do orçamento, o esforço será direccionado à redução da lacuna entre o orçamento projectado e o executado e melhorando o controlo da cadeia de despesas, a fim de evitar uma situação em que o federalismo fiscal enfraqueça a estabilidade fiscal.

Os esforços e as reformas introduzidos no domínio das finanças públicas encaminham-se na direcção certa. Contudo, existem ainda certos riscos.

- i) Ao nível operacional, a fragilidade do sistema de pagamentos provincial e o problema de logística complicam a execução orçamental.
- ii) O federalismo fiscal sem a monitorização do governo central pode levar a uma disciplina fiscal fraca e à instabilidade financeira.
- iii) O baixo nível do défice depende do influxo das receitas do petróleo, que dependem dos mercados internacionais imprevisíveis.

4.1.3 Balança de pagamentos

As exportações de Angola dependem das exportações do petróleo, que contribuíram com cerca de 90 por cento para as receitas de exportações de Angola em 2003, e dos diamantes, que contribuíram com a maior parte dos restantes 10 por cento. As importações estão a crescer mais rapidamente e os bens de investimento parecem ser a principal componente do volume e do valor nos últimos anos. Os bens de investimento têm estado a entrar em Angola, tanto como parte do investimento em infra-estruturas públicas, como importados por empresas privadas para a expansão dos seus negócios, principalmente no sector da exploração mineira e no sector de telecomunicações.

Contudo, outros sectores da economia possuem potencial para exportação. As exportações do sector agrícola decresceram até serem insignificantes, as receitas do café, anteriormente um proeminente produto de exportação, desapareceram principalmente porque as principais áreas de produção foram destruídas durante a guerra. A sustentabilidade da balança de pagamentos depende dos fluxos contínuos das receitas do petróleo e dos investimentos privados.

Angola não alcançará o seu potencial pleno no sector de exportação a curto e médio prazo, visto que os referidos sectores exigem enormes investimentos para que possam recuperar os níveis de produção anteriores. As exportações são limitadas pelas fracas infra-estruturas e pela política cambial.

A actual taxa de câmbio em Angola não está em linha com os fundamentos do mercado, e o Kwanza é considerado como estando sobrevalorizado. Isto acontece porque as autoridades intervêm no Mercado de divisas para evitarem uma desvalorização excessiva do Kwanza a fim de aumentar a confiança na moeda nacional e conter a inflação. Uma liberalização total do Mercado não é ainda uma prioridade, embora a confiança no kwanza fosse melhor servida pela implementação e credibilidade das reformas políticas. Como um ponto de ponderação final devemos notar que os dados oficiais não capturam os fluxos comerciais que passam fora dos controlos oficiais, particularmente os fluxos de diamantes e algumas importações no domínio militar.

O comércio estrangeiro é, principalmente, com os países industrializados. Os Estados Unidos da América são o maior destino de exportações seguindo-se a China. A importância dos Estados Unidos como um destino de exportações está a decrescer. De facto, em 2000 os Estados Unidos contribuíram com 42 por cento das exportações petrolíferas, mas só com 31 por cento em 2004, enquanto o comércio com a China está a expandir e, em 2004, contribuiu com 30 por cento das exportações petrolíferas. A União Europeia é a maior fonte de importações contribuindo com metade das importações externas de Angola, mas a África do Sul está a tornar-se uma importante fonte de importações alimentares de alimentos frescos.

Resumo – Programa de Implementação da Convergência Macroeconómica

A tendência favorável do mercado de petróleo internacional garante que até 2008, Angola deve cumprir as metas de Convergência Macroeconómica da SADC, e os indicadores de desenvolvimento definidos no RISDP. Angola tem o potencial de desempenhar um papel primordial na Região e de alcançar todas as metas estabelecidas pela SADC. Os desafios que se encontram são tão grandes como o potencial da economia Angolana. Os constrangimentos são a dependência da economia nos mercados de petróleo e o processo lento de dismantelar a presença excessiva do estado na economia. O “Programa Geral do Governo para o Biénio 2005/2006” é um programa abrangente de intervenções de todos os sectores da sociedade Angolana, a fim de garantir um crescimento *duradouro e equitativo* da economia e da sociedade. O crescimento económico é necessário para o desenvolvimento da sociedade e para a distribuição de benefícios a todos os sectores da sociedade. Por essa razão, as reformas estruturais dos mercados e do sector produtivo foram faseadas, a fim de evitar decisões não ponderadas que em muitos outros casos criaram mais problemas do que soluções.

Todas as medidas políticas discutidas anteriormente estão contidas no programa do governo. Contudo, os resultados positivos previstos

dependerão da implementação consistente das políticas formuladas. O conjunto das políticas deve incluir medidas direccionadas às questões seguintes:

- Melhoramento dos padrões de governação que visem a corrupção, a fraude, a eficiência da administração pública, a estabilidade social, a segurança e a situação de paz no país;
- Melhoramento da disciplina fiscal, implementando as reformas necessárias da administração fiscal, dos códigos fiscais, das alfândegas, da administração pública, e estabelecendo normas severas à autonomia orçamental das províncias;
- Reforço da capacidade e da autoridade do Banco Central para controlar a política monetária através da concessão de independência suficiente;
- Introdução de todas as reformas necessárias para que o sector financeiro seja mais eficiente, tanto em termos de instituições (bancos e outros intermediários financeiros) e de instrumentos financeiros;
- Diversificação da economia através de reformas e da reorganização dos sectores produtivos da economia, abrindo o mercado à concorrência, encerrando monopólios e orientando a transformação faseada para a economia do mercado. A privatização e a abertura dos mercados à concorrência internacional, deve ter lugar tendo em conta os interesses do país.
- Criação de um clima favorável ao investimento, removendo as limitações administrativas e reguladoras desnecessárias, criando a certeza legal, mantendo a estabilidade económica e social, e reabilitando as infra-estruturas;
- Aumento da produtividade e da diversificação da agricultura, apoiando a comercialização agrícola e o crédito rural para o sector da agricultura de subsistência e a reactivando o sector de exportação agrícola;
- A questão do quadro jurídico que contempla a posse da terra para que se evite a grande concentração da terra nas mãos de poucos;
- Aumento da diversificação das exportações criando as condições para o crescimento dos sectores de exportação, envolvendo o sector privado através do melhoramento contínuo do clima de investimento.
- Garante de que o câmbio é determinado pelo mercado e que quaisquer influxos relativos às receitas do petróleo e ao alívio da dívida ou apoio dos doadores são usados para reconstruir as reservas e não para valorizar a taxa cambial;

- Melhoria das estatísticas macroeconómicas de modo a permitir uma monitorização mais exacta do progresso da economia e do progresso na concretização das metas da SADC;
- Manutenção de uma política prudente da dívida externa; evitando dívidas externas em termos comerciais, e garantindo que qualquer empréstimo é sob condições altamente concessionárias; tirando vantagem de subvenções.

5 A INTEGRAÇÃO REGIONAL DE ANGOLA

A secção final pondera sobre a relevância e o impacto provável das iniciativas de integração regional de Angola com relevância particular nas Metas de Convergência Macroeconómica.

5.1 O processo de integração e o empenho de Angola

Angola como membro da SADC, da COMESA e da EASWA está a passar por um processo de ponderação sobre o seu papel de membro de acordos duplos visto que é altamente dispendioso cumprir todos os compromissos assumidos, e a tendência é focalizar a SADC. A sua posição geográfica e o seu potencial económico fazem com que a Angola seja um importante membro destas organizações regionais, mesmo que, até ao presente, os benefícios de pertencer a estas organizações de integração regional tenham sido insignificantes.

As relações comerciais externas de Angola são, principalmente, com países industrializados enquanto o comércio intra-regional é bastante insignificante, excluindo a importância crescente da África do Sul, como uma fonte de importação de produtos alimentares. A curto prazo, Angola não espera ganhos substanciais do processo de integração, visto que estes benefícios no crescimento económico são a longo prazo.

O governo está empenhado na integração regional como sendo uma maneira de evitar a marginalização na economia mundial, e de introduzir mais eficiência no sector produtivo interno. Contudo, teme-se que a concorrência regional crescente seja prejudicial ao sector industrial de Angola, muito fragilizado, visto que a SADC encoraja especificamente os fluxos transfronteiriços dos investimentos e projecta estabelecer uma Zona de Comércio Livre (FTA/ZCL) até 2012.

Os planos da SADC relativos ao estabelecimento de uma União Aduaneira beneficiarão Angola, colocando-a numa posição em que pode aumentar a sua quota de exportações na Região. A União Aduaneira não deve levantar quaisquer problemas de filiações múltiplas em outras iniciativas de integração regional, visto que a política de Angola é de ser totalmente dedicada à SADC tendo também em conta o papel desempenhado pela SADC no processo de paz.

As autoridades estão a contemplar, plenamente, a questão dos planos da SADC promover uma integração mais profunda, alcançar o Mercado comum até 2015 e a união monetária até 2018. Contudo, não é uma prioridade política, presentemente. Os benefícios de um

mercado comum, com a liberalização total do comércio em bens e serviços, e a livre circulação de factores de produção, são claros para os responsáveis políticos de Angola. A redução dos custos das transacções resultantes da harmonização dos procedimentos jurídicos e dos quadros reguladores certamente que beneficiará o sector privado Angolano. Contudo, a participação plena no processo de integração dependerá muito da capacidade dos políticos manterem a estabilidade económica e social no país, e, por outro lado, da resolução dos problemas estruturais que limitam o potencial total do sector produtivo. Relativamente à mobilidade da força laboral, é provável que Angola seja o recipiente da mão de obra da Região, no caso da economia crescer como está previsto. Contudo, a experiência de outros mercados comuns comprova que a mobilidade da mão de obra é, geralmente, prevista nos tratados, mas raras vezes é alcançada em pleno; os países encontram sempre maneiras de invalidar as normas, impondo requisitos que tornam difícil, ou mesmo impossível, um grande fluxo de trabalhadores. Reconhecemos que a união monetária é um resultado desejável do processo de integração, mas questiona-se o calendário. A união monetária, de facto, invalida a possibilidade de se usar as políticas monetária e cambial para se concretizar os objectivos do desenvolvimento económico e social. Portanto, não é provável que até 2018, as autoridades estejam preparadas para suportar os custos da união monetária. O sentimento é de que o resultado possa ser alcançado através de um processo a dois níveis, com a maioria dos países mais desenvolvidos na região a entrar na união monetária em 2018, dando aos restantes países mais tempo para satisfazerem as condições impostas. Esta geometria variável está consagrada no RISDP e no Tratado.

5.2 A pertinência dos Indicadores das Metas Macroeconómicas da SADC

O balanço do processo de concretização das metas de convergência macro-económica coloca-nos a questão da pertinência dos indicadores seleccionados. As instituições de Bretton Woods, normalmente, analisam estes indicadores na avaliação da estabilidade económica de um país.

4.1.4 Inflação

A inflação é uma medida do equilíbrio macroeconómico geral entre a procura e a oferta e uma baixa taxa de inflação é considerada benéfica, visto que evita distorções na distribuição das receitas.

As metas da SADC são estabelecidas em termos da *inflação principal*, isto é, o índice de preços no consumidor que exclui fenómenos inflacionários temporários, que não requerem ajustamentos compensadores noutros sectores da economia (por exemplo, choques sazonais nos sectores alimentar e energético).

Existem muitas maneiras diferentes de medir esta inflação, e poucos Estados Membros da SADC têm uma medida para a sua inflação (CORE). Angola não possui uma medida para a mesma. Como foi indicado acima, a taxa de inflação pode subestimar a inflação no país, devido à cobertura limitada, e ao facto de que o cabaz de artigos parecer reflectir mais os padrões de vida urbanos.

4.1.5 Orçamento Estatal

As metas da SADC estão especificadas para o *défice estrutural da balança*, que é um défice ajustado ciclicamente. Uma mudança no défice resulta ou de uma mudança discricionária ou de uma mudança induzida, por exemplo, se a taxa de crescimento da economia abrandar a recolha fiscal diminuir, afectando a balança orçamental. O processo de determinação de referências para o défice orçamental, como percentagem do PIB, requer a projecção da inflação, das taxas de juros, do crescimento da produção e das transferências de doadores. A qualidade dos dados económicos do Governo em Angola é inadequada e incompleta devido à falta de transparência no nível e uso das receitas do petróleo. Por outro lado, o Instituto Nacional de Estatística de Angola foi destruído, de modo que os dados sobre o crescimento e a inflação são incompletos ou por vezes inconsistentes.

A meta de Convergência Macroeconómica da SADC para o saldo orçamental exige que Angola não gaste em excesso e que esteja a esforçar-se para garantir a sustentabilidade fiscal. Contudo, as metas definidas no RISDP parecem ser excessivamente severas, considerando o baixo nível dos serviços sociais oferecidos à população, mesmo que as receitas petrolíferas permitam que o Governo possa seguir uma política social sólida. Contudo, a volatilidade do mercado do petróleo pressiona o lado das despesas orçamentais.

4.1.6 Dívida pública

Os dados sobre a dívida externa pública de Angola são bastante exactos relativamente à dívida pendente e publicamente garantida, em comparação com a baixa qualidade dos dados da dívida interna contraída com o sector privado. O governo está ainda no processo de estimar o montante exacto da dívida interna, sendo este um processo difícil, visto que muitas empresas privadas não possuem provas comprovativas da dívida.

Esta é talvez a menos importante das metas de convergência macroeconómica da SADC; existem diferenças entre a dívida interna e a externa tendo em conta o impacto económico e a sustentabilidade, e entre as dívidas comerciais e concessionárias. Embora um número múltiplo, incluindo todos os tipos de dívida pública tivesse sido importante no período preparatório para a União Monetária Europeia (UME), quando a dívida da maioria dos Estados Membros da UE foi emitida em moedas nacionais e em termos

comerciais, este número não é de todo relevante quando grande parte da dívida é em divisas e em termos concessionários.

Se o objectivo principal deste indicador for focalizar na sustentabilidade da dívida, então são necessários indicadores diferentes. No caso da dívida externa, estes devem ter como base o NPV (*Net present value*) – o valor actual líquido – do serviço da dívida (tomando assim em conta a dívida concessionária/preferencial versus a dívida comercial), e calculados em relação às exportações e, possivelmente, o rácio do pagamento do serviço da dívida em relação às exportações. Relativamente à dívida interna, o rácio do pagamento de juros em relação às despesas estatais é importante. Para o primeiro destes indicadores (NPV/exportações) existe uma meta de “sustentabilidade” claramente definida (150%) ao abrigo da iniciativa HIPC; para os restantes a escolha de um nível apropriado da meta necessitará de mais análise.

4.1.7 Conta Corrente

De uma perspectiva da balança externa, o foco na conta corrente, somente, é difícil de justificar; se um dado nível do saldo da conta corrente é sustentável ou não depende da estrutura da economia e, em particular, da natureza da balança de capital/financeira e do influxo de capital. A balança da conta corrente tem de ser analisada a par do saldo geral e do movimento das reservas em divisas.

5.3 Pertinência dos critérios de Convergência Macroeconómica

A discussão acima levanta importantes questões relativamente à pertinência dos critérios da Convergência Macroeconómica da SADC. A integração do comércio, que é o objectivo imediato da integração regional, exige, primariamente a adesão ao calendário acordado para a liberalização pautal e dos esforços genuínos para a remoção das barreiras não-tarifárias ao comércio. A integração comercial é, certamente, apoiada por uma maior estabilidade macroeconómica, representada primariamente pela baixa inflação e pela estabilidade da taxa cambial nominal. A integração comercial será também suportada por maiores investimentos, incluindo os fluxos de investimento transfronteiriço, de modo a que os países possam beneficiar das oportunidades que a integração comercial regional gera. Para além dos níveis baixos de inflação e da estabilidade cambial, o investimento é também apoiado por juros reais baixos. Nenhum destes factores é inconsistente com as metas de Convergência Macroeconómica da SADC, mas as metas específicas de convergência não são necessárias à integração do comércio regional, em oposição a um compromisso mais geral no respeitante a políticas macroeconómicas orientadas para a estabilidade.

Na verdade, um cumprimento rigoroso das metas especificadas poderia ser contraprodutivo ou prejudicial, particularmente se as metas forem interpretadas como sendo aplicáveis rigidamente num base anual. Vários países na Região possuem economias com base muito estreitas que estão sujeitas a choques e a volatilidade. Isto pode implicar processos de ajustamento que incluem desvios temporários das metas específicas. As avaliações da sustentabilidade macroeconómica deviam ser realizadas num base a médio prazo, tendo em conta a natureza cíclica da actividade económica.

Uma adesão mais rígida às metas macroeconómicas só é necessária na preparação da união monetária, e como notado acima, não é claro que esta seja uma estratégia desejável e/ou viável para a SADC. Até que os fundamentos lógicos e a calendarização da união monetária se tornem mais claros, os critérios da Convergência Macroeconómica devem ser interpretados numa base muito flexível.

6 REFERÊNCIAS

- | | |
|-------------------------------------|---|
| BAD/OECD | Previsão Económica Africana; ANGOLA
<i>African Economic Outlook: ANGOLA</i> |
| Banca Nacional de Angola
---- | Boletim Estatístico 1997-Setembro 2005
Balança de Pagamentos 2003-2004 |
| Governo de Angola | Programa Geral do Governo para o Biénio
2005/2006 |
| Economist Intelligence Unit
---- | Relatório do País <i>Country Report</i> 2005
Perfil do Pa <i>Country Profile</i> 2005 |
| FMI

---- | Economic Outlook 2005, Statistical Appendix
IMF Country Report, October 2005
Fiscal Dominance and Inflation in ANGOLA |
| Banco Mundial | Interim Poverty Reduction Strategy Paper |

ANEXO 1: PESSOAS ENTREVISTADAS

Nome	Instituição	Cargo	Endereço
Dra. Beatriz Morais	Comissão Nacional da SADC	Ponto de Contacto	
Dr Jorge Cardoso	Comissão Nacional da SADC	Técnico	
Dr Manuel da Costa	Ministério das Finanças	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais Director	Manuel.costa@minfin.gv.ao
Dr João Luis Ngimbi	Ministério das Finanças	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais Chefe de Gabinete	jluisngimbi@yahoo.com
Dr Antonio Manuel Ramos da Cruz	Banco Nacional de Angola (Banco Central)	Dep de Estudos e Estatística Director	acruz@bna.zo
Dr Teta Orlando	Ministério do Planeamento	Dep de Estudos e Planeamento Director	
Dr Kiala Ngone Gabriel	Ministério da Indústria	DEE Director	
Dr Garcia Isaac Saldanha	Ministério do Planeamento	IDIA Head of Dept	garciaisaacsaldanha@yahoo.com.br

ANEXO 2: DADOS MACROECONÔMICOS

Tabela A1 Indicadores Macroeconômicos

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB Cur P/ce (Kwanza mn)			17,2	91,7	197,1	499,9	1,022,8	1,656,9				
PIB Cur P/ce (US\$ mn)	7,7	6,5	6,3	8,9	6,5	11,2	13,2	16,7	24,3			
PIB Cost P/ce (Kwanza mn)			2,7	3,9	5,2	15,3	2,3	11,7				
Taxa de Crescimento (%)	7,9	6,8	3,2	3,0	3,1	14,4	3,4	11,1	15,7	22,6	20,7	
Inflação (%, termo do prazo)	147,7	134,7	329,0	268,3	116,0	105,6	76,6	31,0	15,0	10,0	8,3	
Orçamento de Despesas (Kwanza mn)							467,5	591,9	859,7	1,637,4		
Orçamento de Receitas (Kwanza mn)							394,9	609,7	1085,8	1415,0		
Subvenções (Kwanza mn)							8,0	7,5	6,4	11,5		
Défice orçamental (Kwanza mn)							-80,6	10,3	219,8	-233,9		
Défice - subvenções (Kwanza mn)							-72,6	17,8	226,2	-222,4		
Câmbio Kwanza/US\$	0,22721	0,38828	2,27457	9,920001	21,84654	43,33821	74,35117	85,7736				
Conta corrente (US\$ mn)				795,5	-1430,9	-150,1	-719,6	686,2				

Fonte : Ministério das Finanças

Tabela A2 Balança de Pagamentos

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Conta corrente (US\$ mn)	--	--	--	795.5	1430.9	150.1	719.6	686.2				
Balança Comercial (US\$ mn)				4,881	3,355	4,568	4,028	7,643				
Balança de serviços (US\$ mn)	-			4,086	4,786	4,718	4,748	6,957				
Câmbio (Kwanza/US\$)				9.920	21.846	43.338	74.351	85.988				
Reservas Oficiais brutas (US\$ mn)				1,198	731	345.4	634	1,370	2,200			
Meses de importações de bens e serviços				2.5	1.3	0.6	0.9	1.6	2.1			
NPV dívidas externas/exportações												
Conta corrente/PIB \$				8.7	-14.9	-14	-5.3	4	3			

Fonte: Banco Nacional de Angola: Balança de Pagamentos 2005

Tabela A3: Finanças Públicas (Percentagem do PIB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas estatais gerais (excl subvenções)					38.3	36.8	40.7	41.8		
Receitas Fiscais					37.0	36.0	39.3	39.9		
Receitas petrolíferas					28.2	28.3	32.3	33.4		
Despesas					45.3	35.7	32.2	48.3		
Despesas correntes					37.9	31.3	27.2	26.3		
das quais: ordenados e salários					12.5	10.3	9.2	11.0		
Despesa de capital					7.4	4.4	5.0	22.0		
Défi ce geral antes de subvenções	-9.9	-23.7	-6.3	-9.3	-7.0	1.1	3	-8.1		
Défi ce geral após subvenções				-9.3	-7.8	0.6	2.7	-7.8		
Saldo primário após subvenções (-)										

Fonte: Banca Nacional de Angola, Boletim Estatístico 1997-Setembro 2005

Tabela A4: Taxa de Inflação

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Inflação (fim do exercício)	329.0	268.3	116.0	105.6	76.6	31.0	15.0	10.0		
Inflação (média anual)	12.90	11.48	6.63	6.19	4.85	2.18				
M2 taxa de crescimento	673	303.7	185.9	159.1	66.3	36.9				

Fonte: Banco Nacional de Angola, Boletim Estatístico 1997-Setembro 2005

ANEXO 3: TERMOS DE REFERÊNCIA

ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS DE IMPLEMENTAÇÃO MACROECONOMICA PARA SE CONCRETIZAR A CONVERGÊNCIA NA REGIÃO DA SADC

1. Finalidade

A finalidade desta tarefa é providenciar assistência técnica à Direcção de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI) para realizar um estudo de investigação sobre o desenvolvimento dos programas de implementação macroeconómica para a concretização da convergência na região da SADC. É necessário um consultor a curto prazo ou uma equipa de consultores durante um período de 5 semanas para que trabalhem com a Direcção de TIFI do Secretariado da SADC na realização da primeira parte desta tarefa. A fase I do estudo focalizará, primariamente, os quatro Estados Membros da SADC, nomeadamente Botswana, Lesotho, Moçambique e Zâmbia. A Fase II do estudo cobrirá os restantes países. A consultoria a curto prazo é financiada pela Componente de Comércio e Desenvolvimento Económico implementada pelo Grupo GFA no âmbito do programa da GTZ de “Reforço do Secretariado da SADC”.

2. Antecedentes

O Preâmbulo do Memorando de Entendimento sobre a Convergência Macroeconómica afirma que os representantes dos Estados Membros reconheceram “... a necessidade de acelerar o crescimento, o investimento e a criação de emprego na região da SADC (...) através do aumento na cooperação e coordenação das políticas macroeconómicas.” Afirma ainda que os referidos representantes estavam “... convictos de que a integração económica regional e a estabilidade macroeconómica são requisitos para o crescimento económico sustentável...”

O MOU definiu um conjunto de critérios de convergência para a estabilidade macroeconómica. Estes critérios dizem respeito à taxa de inflação, ao rácio do défice orçamental em relação ao PIB, ao rácio da dívida pública e da dívida publicamente garantida em relação ao PIB, e ao balanço e estrutura da conta corrente (balanço de pagamentos). A tabela abaixo reflecte os indicadores das metas aprovadas:

Valores numéricos das Metas	2008	2012	2018
Inflação subjacente	9%	5%	3%
Défice orçamental como percentagem do PIB	5%	3%	1%
Dívida pública e publicamente garantida como percentagem do PIB	60%	60%	60%
*Défice da Conta Corrente como percentagem do PIB	9%	9%	3%

* Défice da Conta Corrente de 3% a 9% do PIB até 2008 (dígito único). Estes números devem ser apreciados em conjunto com a taxa de crescimento económico, a cobertura de importações e devia excluir as transferências oficiais nos seus cálculos.

O objectivo das actividades propostas neste âmbito do trabalho é assistir os Estados Membros da SADC a desenvolver os programas de implementação macroeconómica que lhes permitirão alcançar a convergência. O objectivo último, como reflectido no MOU, é “acelerar o crescimento, o investimento e o emprego na região da SADC”.

A concretização deste objectivo através da implementação do programa de convergência macroeconómica exigirá uma compreensão detalhada dos tipos de políticas macroeconómicas necessárias em cada Estado Membro para que haja maior coordenação das reformas políticas a fim de se avançar rapidamente nos caminhos da transição para a convergência macroeconómica. As variáveis que interagem com as políticas de macro-convergência, tais como o câmbio, também devem ser tomadas em conta.

É evidente pelas avaliações existentes do desempenho de cada país, relativamente aos critérios de convergência que nenhum conjunto único de políticas servirá adequadamente todos os Estados Membros da SADC. Portanto, é necessário assistência para que os responsáveis políticos e os seus quadros superiores e assessores possam determinar quais as políticas que são relevantes e como devem ser implementadas. Como os choques (positivos e negativos) ocorrem sempre durante a implementação das políticas macroeconómicas, um aspecto importante do estudo será o exame dos resultados prováveis e da direcção dos choques económicos e sugerir o modo como os Estados Membros da SADC podem responder de modo a manter as suas economias perto do caminho da transição (se não nele) para a convergência macroeconómica.

Para que seja efectivo, este trabalho necessita de ser empreendido em conjunto dos esforços do Banco Mundial e do FMI nos Estados Membros da SADC, de modo a melhorar a sua monitorização do desempenho macroeconómico. Na verdade, será através de cooperação e coordenação com estas instituições multilaterais que os programas da SADC previstos serão consistentes com as metas projectadas e as alcançarão.

Por outro lado, as actividades de monitorização oferecerão uma oportunidade aos legisladores de se envolverem em avaliações pelos pares e de terem acesso à informação necessária para a adopção e formulação das respectivas políticas de convergência

3. Objectivos do Estudo

Os resultados do presente estudo proporcionarão a cada Estado Membro a orientação política para que as suas economias avancem rumo à concretização da convergência macroeconómica. Os resultados sublinharão as políticas principais que precisam de ser implementadas, o modo como essas políticas devem ser faseadas e

que medidas precisam de ser tomadas durante o processo de implementação para fazer frente aos choques.

4. Declaração de Trabalho

As tarefas gerais para a Fase I são as seguintes:

1. Desenvolver o quadro metodológico da tarefa geral, tomando em conta os objectivos definidos no RISDP e no Memorando de Entendimento sobre a Convergência Macroeconómica na SADC.
2. Revisão das políticas a ser implementadas presentemente pelos quatro Estados Membros da SADC seleccionados para a Fase I (Botswana, Lesotho, Moçambique e Zâmbia) para satisfazer os critérios de convergência acordados.
3. Avaliar a sustentabilidade destas políticas e a sua eficácia na cumprimento dos critérios de convergência macroeconómica.
4. Indicar as mudanças nestas políticas que ofereçam as perspectivas de aceleração da convergência macroeconómica de cada país da SADC.
5. Determinar o grau em que as políticas propostas são consistentes com os acordos em vigor com os doadores mais importantes, nomeadamente, o BAD, UE, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, quando estas existem.
6. Proporcionar orientação sobre como cada um dos quatro Estados Membros da SADC podem coordenar as suas políticas de modo a que tirem as vantagens possíveis do que transborda em toda a SADC.
7. Indicar como cada Estado Membro da SADC devia modificar as suas políticas para que tratem dos choques (positivos e negativos) que ameaçam o movimento rumo aos critérios de convergência macroeconómica.
8. O consultor deve apresentar um projecto do programa de convergência macroeconómica com um calendário específico com as datas em que os Estados Membros devem alcançar as metas.

Na Fase II, todos os outros Estados Membros da SADC serão estudados seguindo-se a mesma abordagem.

5. Sistema de relatórios

- A supervisão técnica será prestada por cada Estado Membro e pelo Assessor Sénior da Convergência Macroeconómica da SADC.
- Os consultores a curto prazo devem deslocar-se aos Estados Membros mencionados acima.

6. Resultados a entregar

- Providenciar um relatório breve aos Estados Membros envolvidos e ao Assessor Sénior de Convergência Macroeconómica da SADC, ao Director de

TIFI Director e ao Assessor de GFA na TIFI. O consultor deverá incluir as mudanças sugeridas pelas partes mencionadas.

- Produzir um projecto do relatório a ser apresentado ao Secretariado da SADC.
- Dar uma palestra numa reunião dos Técnicos Superiores da SADC
- Será apresentado, para revisão e submissão finais, ao Assessor da Política Macroeconómica da SADC e ao Assessor de GFA e Estados Membros envolvidos, um relatório final incluindo os comentários feitos ao projecto do relatório com anexos.
- Projecto do programa de convergência para cada país.